

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-6-2018.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/18 (Processo nº 0759/18), de autoria de Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0885/18), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 238/17 (Processo nº 2132/17), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Resolução nº 045/17 (Processo nº 2192/17), de autoria de Sofia Cavedon. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Elizandro Sabino, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezoito ao dia vinte de junho do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Michele Vitorino e a Felipe Aguiar, do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Giúdice, que se pronunciaram acerca da reintegração da Guarda Municipal na escola. Também, nos termos do artigo 206 do Regimento, Cláudio Janta, Mônica Leal, Sofia Cavedon, André Carús, Prof. Alex Fraga, Rafão Oliveira, Professor Wambert, Felipe Camozzato, José Freitas e Dr. Thiago manifestaram-se acerca do assunto discutido em Tribuna Popular. Na oportunidade, o Presidente declarou Rafão Oliveira empossado na vereança do dia dezoito ao dia vinte de junho do corrente, em substituição a Elizandro Sabino, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Também, foi apregoada Declaração de Impedimento assinada por Dr. Goulart, Líder da Bancada do PTB, comunicando que o suplente Luciano Marcantônio se declarou impedido de assumir o exercício da vereança do dia dezoito ao dia vinte de junho do corrente. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta minutos às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni e Fernanda Melchionna. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Sofia Cavedon, em tempo cedido por Mauro Zacher, e Rodrigo Maroni, em tempo cedido por Mauro Pinheiro. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezoito ao dia vinte e um de junho do corrente.

Também, foram apregoadas as seguintes emendas: nº 03 e 04, assinadas por Cláudio Janta, e 05 e 06, assinadas por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18 (Processo nº 0589/18); nº 02, assinada por André Carús e Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18 (Processo nº 0590/18); nºs 01, assinada por Ricardo Gomes e Dr. Thiago, 02, assinada por Ricardo Gomes e Felipe Camozzato, e 03, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0720/18). Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Thiago. Às dezesseis horas e vinte e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 342/17 (Processo nº 3045/17), em sua parte vetada, considerando-se rejeitado o Veto Parcial oposto, por vinte e nove votos SIM e três votos NÃO, após ser discutido por Ricardo Gomes, Adeli Sell, Moisés Barboza, Sofia Cavedon, André Carús, Professor Wambert, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga, este duas vezes, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Airto Ferronato, Lourdes Sprenger e Moisés Barboza. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 342/17, Fernanda Melchionna cedeu seu tempo de discussão a Prof. Alex Fraga. Em prosseguimento, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Também, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Adeli Sell e Professor Wambert, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0720/18), o qual teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18, por vinte e cinco votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Ricardo Gomes, Airto Ferronato, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, Professor Wambert, Dr. Thiago e Sofia Cavedon, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Rafão Oliveira. Às dezoito horas e dezenove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Dr. Thiago, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os

Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 003, 006 e 010/18 e o Projeto de Lei do Executivo nº 005/18. A seguir, transcorreu o período de Comunicações, sem pronunciamentos. Também, foram registradas as presenças de Luciana Genro, ex-deputada federal, e de Soeli Rinaldi, Vice-Presidente do Sindicato dos Contadores do Rio Grande do Sul. Às dezoito horas e vinte minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudio Janta, Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIS (PMDB): O Ver. Elizandro Sabino solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 a 20 de junho de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Escolar da Escola Municipal Ensino Fundamental Antônio Giúdice, que tratará de assunto relativo à reintegração da Guarda Municipal na escola. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Michele Vitorino e o Sr. Felipe Aguiar estão com a palavra.

SRA. MICHELE VITORINO: Boa tarde. Tenho 34 anos, sou mãe, tia, irmã de alunos ali da Escola Antônio Giúdice e, em nome de todos os pais, eu estou aqui para representá-los e declarar a nossa indignação com a retirada da Guarda Municipal do portão da nossa escola. (Palmas.) Como todos sabem, o nosso bairro Humaitá, na Zona Norte, é de extrema violência, e a nossa escola não está imune a essa violência que fica ao redor e dentro da escola. A Guarda Municipal é de suma importância para que nós, pais, deixemos os nossos filhos com tranquilidade dentro da escola, porque sabemos que, ao voltarmos para buscá-los, eles estarão dentro da escola nos esperando, e isso nos foi tirado. Nós não temos mais a tranquilidade de deixar nossos filhos lá, voltar, e eles estarem em segurança; agora os pais ficam no portão da escola, revezando, pela manhã e tarde, fazendo o trabalho de guarda. Nós queríamos pedir, encarecidamente, que devolvam o nosso guarda, porque ele é muito importante. Brigas acontecem no portão da escola, não adianta esperar até a Guarda, porque até lá já aconteceu muita coisa! Então, o guarda está ali para deter esse tipo de coisa, ele sabe quem entra e quem sai da nossa escola, ele conhece os pais, os alunos, e isso é muito importante para a nossa escola. Os professores que sofrem violência, dentro da escola, dos próprios alunos têm o guarda ali para dar apoio a eles, prestar esse auxílio. E como nós vamos ficar sem o nosso guarda? Nós precisamos de alguém preparado para estar ali e dar esse apoio. Muitas outras coisas também acontecem no entorno da nossa

escola: tarados – isso mesmo, tarados –, que vão ali assediar as nossas crianças, porque eles sabem que elas estão vulneráveis. Eles vêm na porta da nossa escola exhibir-se e falar coisas obscenas. O nosso guarda, junto conosco, pais, é uma autoridade com quem daremos um jeito de coagir aquela situação. Então, peço que vocês se sensibilizem com a nossa escola e devolvam o nosso guarda municipal, pois nós precisamos dessa segurança. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. FELIPE AGUIAR: Boa tarde. Sou professor da Escola Antônio Giúdice e venho aqui, juntamente com a Michele, o Marcos, a Isabel e a Lidiane, que são pais também engajados nesse momento de resistência pela educação pública de qualidade, pedir para que a Guarda Municipal seja mantida ou, melhor dizendo, seja reintegrada à Escola Municipal Antônio Giúdice. Essa retirada da Guarda faz parte desse projeto de políticas educacionais da atual gestão da Prefeitura, porém é um serviço que funciona muito bem na escola e naquela comunidade. Os guardas que trabalhavam lá faziam um trabalho intercalado junto com os professores, com o serviço pedagógico de educação para segurança, de convívio com o bem-estar público, com a infraestrutura pública. Como a Michele falou, é uma preocupação enorme a segurança das crianças, dos estudantes, para os pais que os deixam lá bem cedo e, muitas vezes, vão buscá-los bem tarde. Hoje em dia, temos que fechar o portão da escola com o cadeado, porque não tem ninguém ali para prestar esse serviço, para nos dar essa confiança, e trata-se de um serviço público aberto à comunidade que não é prestado, deixando a escola precarizada. Uma escola com portão cadeado não é uma escola pública democrática e aberta. (Palmas.)

Vimos aqui defender a manutenção e a reintegração da Guarda Municipal, pedir o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. No diálogo com a Prefeitura, nós já tivemos uma reunião com o Vice-Prefeito Gustavo Paim, ficou definido que o Vice-Prefeito iria encaminhar aos Secretários da Segurança e da Educação essa pauta; o Secretário da Segurança foi até a escola sexta-feira, convidou-nos a integrar um projeto de segurança que englobaria mais vigilância, mais monitoramento, porém a gente está dentro de qualquer proposta de projeto novo de segurança, mas a Guarda Municipal, a sua figura física na escola, é muito importante para a confiança dos alunos, dos estudantes, no momento de estudar. Eles precisam dessa segurança e é um direito que eles têm. Vimos aqui, a comunidade e o Conselho Escolar da Escola Antônio Giúdice, pedir esse apoio dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras no diálogo com o Executivo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. Convido a Michele e o Felipe para comporem a Mesa. Quero dizer que vou pedir as notas taquigráficas e vou encaminhar a manifestação de vocês, em nome da Presidência

da Casa, tanto à Secretaria Municipal de Segurança quanto ao 11º BPM, que tem atribuição lá, especialmente para coibir, no que diz respeito à Polícia Militar, no entorno, essa violência de assédio de qualquer natureza, tráfico, enfim, qualquer coisa que esteja colocando em risco a integridade da comunidade escolar, dos professores ou dos alunos.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente; Sra. Michele; Professor Felipe, na semana passada aprovamos, na CCJ, juntamente com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, uma Reunião Conjunta, de onde eu trouxe para cá o tema da Escola Chapéu do Sol, onde ocorre o mesmo problema. Lá na Escola Chapéu do Sol, além de o diretor e a vice-diretora terem que abrir o portão para os alunos, pais e visitas – que foi o que eu fui fazer lá –, há um ano, não tem as disciplinas de matemática e geografia, devido à reformulação da educação na nossa cidade de Porto Alegre em reforçar as disciplinas de matemática e português, algo que não tem nessa escola. Os alunos ficam trancados dentro ou fora da escola, esperando o diretor ou vice-diretora abrir o portão. Na última sexta-feira, houve uma chacina há poucas quadras da escola; na rua da escola não tem iluminação pública – providência que nós já encaminhamos. Então, eu convido vocês a participarem da Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, que vai tratar deste tema, de a Guarda Municipal voltar a ficar na escola, permanentemente, como também lá se fazer o uso de câmeras. A nossa Guarda Municipal também tem que estar dentro das escolas, ajudando na segurança.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Janta. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente e caros colegas. Michele e Felipe, escutei atentamente os depoimentos, e quero dizer que a minha assessoria fez uma pesquisa sobre o assunto, e o Governo – pelo que entendi – disse que tem por ideia aproveitar melhor as câmeras e readequar a Guarda Municipal. Mas é inadmissível que se pense que câmeras possam fazer a prevenção; as câmeras de segurança só atuam após o fato consolidado! Então, essa é uma justificativa sem pé nem cabeça. Eu quero dizer para vocês que eu apoio a presença de um guarda 24 horas rondando as escolas, porque as crianças são o futuro da Nação, e não adianta depois uma câmera mostrar o que aconteceu, o que foi feito. Então, contem, sim, com o meu apoio neste projeto de vocês para a manutenção dos guardas 24 horas para as nossas crianças e adolescentes. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar a Michele Vitorino, que é mãe, que é tia, e demais pais e mães da comunidade que aqui estão bravamente fazendo essa luta, que não se conformaram com a redução da proteção e da qualidade do serviço público que está se oferecendo ali; quero cumprimentar o Felipe também, professor, Presidente do Conselho Escolar, e dizer que a luta de vocês é a luta de toda a rede municipal de ensino, que vem perdendo a parceria, a presença importante e fundamental da Guarda Municipal. A gente tem feito muito debate aqui, porque é uma luta por uma concepção de Guarda Municipal, porque o Prefeito Marchezan está retirando a Guarda de todo o serviço público, fazendo equipes especiais, inclusive para reprimir movimento social e para reprimir servidores. É aceitável que os colegas guardas deixem de proteger a criança e o adolescente contra o assédio, contra a violência para reprimir movimento social? Isso é inaceitável nesta Cidade, e é a cara do Prefeito Marchezan. Aproveitando, Janta, que tu chamaste esse tema, porque todas as escolas estão gritando, na reunião da CCJ com a CECE, vamos fazer uma grande reunião para problematizar o redirecionamento da Guarda Municipal, que atende a um projeto que, como é um projeto que quer impor um desmonte do serviço público, quer impor privatização, quer dar DMAE e Carris para empresa privada, quer se impor sobre o movimento social, precisa de violência, porque esta Cidade não aceita esse projeto, por isso estão obrigando a Guarda Municipal a praticar violência contra a Cidade e abandonar o serviço público.

Então, Escola Antônio Giúdice, parabéns, nós estamos juntos, a bancada do PT – Oliboni, Adeli, Marcelo e Sofia – junto com essa luta, junto com o conjunto da rede municipal.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Michele e Felipe, eu quero, à luz da situação que foi apresentada na Tribuna Popular, renovar o cumprimento de um dispositivo que foi aprovado por esta Casa, do qual fui autor, em conjunto com Vossa Excelência. Trata-se de uma emenda ao Orçamento Municipal de 2018 que garante a convocação e a nomeação de mais 100 guardas municipais a partir de um concurso público que já foi realizado – esses aprovados aguardam por uma decisão política da Prefeitura. O que nós não podemos é enfrentar essas realidades sem o efetivo adequado da Guarda. Não é possível atender a demanda das escolas municipais, da rede básica de atenção à saúde, que é crescente. Além de guardas, faltam professores, temos evasão escolar. Temos servidores da área da saúde – médicos,

enfermeiros, técnicos de enfermagem – abandonando as suas atividades por conta da insegurança.

O Município precisa de sensibilidade e de vontade política para cumprir o que esta Casa aprovou. Foi vetado, mas derrubamos o veto e garantimos os recursos para que sejam chamados pelo menos mais cem guardas municipais e para que possam instrumentalizar esse aparelho, que é tão importante para as escolas. Nós sabemos o drama, tanto dos professores como dos pais e alunos. Triste que isso aconteça na Antônio Giúdice, que é a escola que empresta o seu espaço para que a rede de participação democrática da Cidade se manifeste nas assembleias do Orçamento Participativo e em outros tantos fóruns – muitas vezes, estive participando.

Fica aqui esse apelo para que o Governo cumpra o que está no Orçamento e convoque os cem guardas municipais a partir de um recurso que aprovamos nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu gostaria, inicialmente, de agradecer aos meus colegas de bancada – Ver.^a Fernanda e Ver. Roberto – pela possibilidade de me manifestar em nome da nossa bancada. Faço uma saudação especial à Michele e ao colega Felipe pela manifestação. Infelizmente, não é fato isolado, isso é uma política de Governo. Para valorizar ainda mais a fala de vocês, que representam aqui um setor importante da nossa sociedade, eu destaco dois aspectos muito negativos deste Governo. Primeiro, o Secretário de Segurança, Kleber Senisse, manifestando-se publicamente dizendo que não sabe se há vontade dos aprovados no concurso da Guarda Municipal em ocupar esses postos. Vontade existe, esses indivíduos estão na luta pela sua nomeação há quase dois anos e reiteram isso a cada possibilidade. Portanto, há, sim, gente querendo trabalhar. O segundo é a fala do Secretário de Educação, que já se manifestou por duas vezes aqui, na Câmara de Vereadores, dizendo que a tarefa do guarda municipal é muito importante para que ele faça o papel de portaria nas escolas. Talvez o nosso Secretário não conheça efetivamente a importância que um guarda referencia, na frente de uma escola, tem. Esse indivíduo é identificado por toda a comunidade escolar como sendo a pessoa que vai mediar conflitos, que vai harmonizar o ambiente escolar, que vai utilizar o seu cargo e a sua atribuição como servidor público justamente para apaziguar os ânimos e garantir tranquilidade para que nós, professores, possamos trabalhar, e os pais possam deixar os seus filhos com segurança nas nossas escolas.

É lamentável que essa visão tosca de Governo esteja impactando negativamente toda a nossa Cidade, principalmente numa área tão fundamental que é a

educação. Parabéns a vocês, e vamos à luta! Continuaremos resistindo a esse Governo nefasto!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Devido o Ver. Elisandro Sabino estar em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 a 20 de junho, a Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Rafão Oliveira, nos termos regimentais, em função da impossibilidade de o Suplente Luciano Marcantônio assumir a Vereança, e integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB. Seja bem-vindo novamente, Ver. Rafão.

O Ver. Rafão de Oliveira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Obrigado, Presidente Valter Nagelstein, saúdo todos os Vereadores aqui presentes. Segurança pública, sem duvida nenhuma, estamos reféns, nós, a cada esquina encontramos a morte, a cada rua encontramos a morte, e não podíamos deixar, nós, as crianças à mercê da morte. É imprescindível a presença do guarda municipal na frente das escolas públicas. As crianças são o futuro desta Nação. Se nós não cuidarmos das nossas crianças, não teremos mais nada a fazer aqui, muito menos neste Parlamento. A vida dos gaúchos constantemente está em risco, não podemos mais brincar com a vida alheia, não podemos mais deixar assassinos entrar nas escolas e fazerem o que querem. Senhores, ao redor das escolas existe tudo que é de pior do crime: o tráfico, o assassinato, o roubo de carro, o abuso sexual contra os menores. Por que não ter ali o Guarda Municipal, que é a polícia municipal? Então, fica aqui o meu protesto e a minha solidariedade com este tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Rafão. O Ver. Professor Wambert está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas aos nossos ilustres visitantes de hoje. Colegas Vereadores, a gente sabe que há séculos, no nosso Ocidente, existe uma sacralidade do ambiente escolar, uma sacralidade que significa um alto grau de proteção, de inviolabilidade, e isso ficou para o passado. O espaço sagrado, no sentido laico da expressão, é onde se produz o conhecimento, é onde as pessoas se encontram para descobrir acerca da realidade, da construção da verdade científica e assim por diante, e não podemos admitir essa insegurança que vimos e estamos vivendo em Porto Alegre. Quem me acompanha aqui da tribuna sabe que temos defendido, diuturnamente, a chamada do concurso da Guarda

Municipal, e tenho defendido, com obviedade, o que foi dito aqui pelo colega Rafão: que a Guarda Municipal é a polícia do Município, que ela tem poder de polícia com previsão constitucional, e tem que proteger os munícipes que estão em logradouros e espaços que têm a competência do Município, e assim são as nossas escolas. Quero corroborar com o que foi dito pela Ver.^a Mônica Leal, que é uma falácia dizer que câmeras fazem prevenção; isso é um absurdo, porque o controle de uma câmera é posterior, não é o controle anterior à infração. A câmera não impede a infração, ela só diz quem fez e diz tarde demais, porque já foi feito. Então, em nome da bancada do PROS, quero aqui deixar o meu apelo ao Governo, para que não deixe os nossos professores municipais e, principalmente, as nossas crianças desprotegidos, que assuma o seu papel como Município e que coloque essa polícia municipal, não como porteiros - isso é uma vergonha, chamar os nossos Guardas Municipais de porteiros -, mas como policiais, como Guarda civil que está lá para proteger os nossos cidadãos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Professor Wambert. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Queria saudar a Michele e o Felipe por estarem aqui na Câmara, e parabenizá-los pela iniciativa de terem vindo ao Parlamento Municipal deixar este pleito. Estou muito satisfeito em ver quase todas as bancadas se manifestando favoravelmente a isso, desde já me solidarizo a esse pleito, eu acho que segurança pública é, talvez, a maior prioridade que, seja o Município, Estado ou a União devem preservar, especialmente no que diz respeito à segurança pública nas escolas. Os nossos alunos, as nossas crianças, precisam estar seguros, as famílias dessas crianças precisam estar seguras para levar seus filhos à escola, para que eles possam estar em todas as aulas, não deixarem de ir para a aula por conta de algum fator de insegurança, que os professores possam exercer o seu trabalho sem ter a preocupação se vão sofrer algum tipo de crime pelo percurso.

Eu queria também aproveitar o momento para falar sobre o papel da Guarda Municipal, que tem sido cada vez mais reforçado por este Governo. A Guarda Municipal precisa estar cada vez mais forte e atuante, especialmente no serviço público, especialmente onde pessoas precisam dela, não preservando prédios, patrimônios do Município, mas, sim, preservando a vida das pessoas, a vida de quem trabalha para o Município. Eu acho que a Ver.^a Mônica foi muito feliz em falar na questão das câmeras. A gente tem toda essa central de monitoramento de câmeras em Porto Alegre, que agem após algum ocorrido, uma pena que, mesmo assim, a gente ainda consiga identificar muito pouco aqueles crimes e quem são seus autores, para que possam ser devidamente punidos. Eu espero que isso seja cada vez mais aprofundado por este Governo. Eu lembro aqui uma emenda no Orçamento deste ano. Quando a gente estava em debate do orçamento público para 2018 no ano de 2017, fizemos emendas destinando mais

recursos não apenas para nomeação de mais guardas municipais, mas também para que houvesse maior investimento nos nossos atuais policiais, nossos atuais guardas municipais, para que pudesse ter mais equipamentos, mais armamentos, enfim, mais condições de combater o crime e, obviamente, combater o crime nos locais onde eles mais têm chance de acontecer ou naqueles locais que são mais importantes da gente ter preservado, que são as escolas do Município. Então, desde já, quero deixar o apoio e a solidariedade do NOVO ao pleito de vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sr. Presidente, cumprimento aqui os nossos representantes da Escola. Quando eu estive de Secretário de Segurança, na gestão passada, das cem escolas, 40% já não tinham Guarda; imaginem como está hoje. Nós encaminhamos o concurso - que está vigente -, então, esperamos que esse projeto da Secretaria de Segurança do Governo venha dar uma resposta em relação a esse déficit que tem na segurança das escolas. Por outro lado, também entendo que se o Governo não chamar esses guardas que estão preparados – inclusive foi o concurso com mais pessoas preparadas que já vieram da área da segurança, concursados que já têm experiência nessa área –, não estará resolvendo ou amenizando essa situação de insegurança nas escolas, e nós somos parceiros para tocar esse projeto. Conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros Felipe e Michele, a nossa solidariedade. Este é um tema extremamente importante, tão importante que eu quero mandar um abraço para o Nei, um dos representantes da comissão de aprovados desse concurso que os Vereadores citaram aqui, da Guarda, para o qual a gente tem dado tanta força. Já fizemos pedidos de providências, já fizemos indicações, já colocamos no Orçamento do Município, mas, infelizmente, o ouvidor lá do outro lado é surdo e não está atendendo a esse tipo de situação. Quero convidá-los para a nossa reunião conjunta da CCJ e da CECE, que, por solicitação do Ver. Janta, foi aprovada por unanimidade, e se realizará no dia 10 de julho, para tratar da segurança nas escolas. Eu tenho certeza de que, se nós tivéssemos menos propagandas no intervalo do Fantástico e mais recursos para a segurança, as coisas estariam bem melhores do que estão. Parabéns, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

Eu quero agradecer muito a presença de todos e dizer que, infelizmente, eu fico muito preocupado, porque não é um problema só da Escola Antônio Giúdice; nós estamos vendo aqui que é um problema de muitas escolas, é um problema de prédios públicos, de falta de pessoal na Guarda Municipal. Eu quero fazer coro à palavra dos Vereadores e dizer que, num Orçamento de R\$ 7,5 bilhões, R\$ 1,5 milhão foi a emenda que nós apresentamos. Parece-me que é uma emenda que deveria ser cumprida, pois permitiria a recomposição mínima da Guarda. Mais do que isso, quero dizer que a Câmara de Vereadores tem contribuído com a segurança e com a Guarda na medida em que nós, no início do ano, doamos à Guarda Municipal 50% da frota de veículos deste Parlamento para que se pudesse equipar a Guarda e ajudar os Guardas na mobilidade, que é necessária. Então, a Presidência, como eu disse, vai encaminhar, tanto ao Secretário de Segurança, quanto ao Prefeito, uma solicitação para que reforce o policiamento no entorno da Escola Municipal de Ensino Fundamental, no que couber à Brigada Militar e, no que couber à Guarda Municipal, vamos, a partir da manifestação das bancadas, fazer coro à solicitação do professor Felipe e da mãe, agradecendo as suas presenças representantes do Conselho Escolar da Escola Municipal Ensino Fundamental Vereador Antônio Giúdice.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h50min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 14h51min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente da Casa; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que está conosco nesta tarde; municipais; cidadãos e cidadãs que acompanham nossa Sessão nesta tarde, sejam bem-vindos. Hoje se inicia um período, diria, um tanto difícil para nós, Vereadores de oposição, e, com certeza para todo o funcionalismo público, na medida em que percebemos que o pacote de projetos, priorizados pelo Governo, passa a tranca pauta; portanto, ele tem prioridade de votação. Queria dizer para todo cidadão e cidadã, municipais que estão aqui, que a bancada do PT, composta pelos Vereadores Adeli Sell, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e por este Vereador, não faz negociata, não fica em cima do muro. A bancada do PT sempre teve lado, sempre defendeu, sim, no passado, o imposto progressivo; sempre dialogou com vários Vereadores na ideia de defender o imposto progressivo: paga mais quem tem mais, paga menos quem tem menos. Mas a bancada do PT não tem compromisso nenhum com este Governo, até porque nós somos oposição. Não nos comprometemos em nenhum momento; pelo contrário, pedimos que, se o Governo fosse sensível aos nossos pedidos, retirasse imediatamente os PLCEs nº 08 e nº 09, que tratam da carreira do funcionalismo – ele não retirou. Mas não é só isso: nós

percebemos que toda semana o Governo sinaliza por mais recurso para um lado e menos para o outro. Isto é, diz que não tem dinheiro e quer privatizar o DMAE, a Carris, a assistência social, o Mercado Público e tantas outras coisas dos direitos fundamentais do cidadão. Infelizmente, ele faz o contrário, como aconteceu nesta semana, quando o Governo Municipal fez um contrato com a mídia da Cidade para o qual pagou R\$ 5,5 milhões. Mas fez um contrato com a parceria de uma consultoria para privatizar a Carris e gastou R\$ 3,1 milhões; mas aluga, para alocar uma Secretaria, um prédio no Centro da Cidade e gasta mais de R\$ 3 milhões – a Secretaria de Desenvolvimento. É um Governo que não tem dinheiro ou que tem muito dinheiro? Este Governo, que nos enviou esses projetos para votar, e priorizou seis deles, tem dois projetos que chegam a ser absurdos! Um deles cria uma parceria com a iniciativa privada, as famosas PPPs, criando uma espécie de secretaria e um fundo garantidor para essas parcerias, tirando dinheiro de outro projeto, de todos os fundos criados por lei – o Fundo Municipal da Assistência Social, o Fundo Municipal do Idoso, o Fundo Municipal –, fundos que criamos no passado e que hoje são leis importantes, Ver. Medina! Olhe bem o projeto: não tem como dialogar com este Governo, se ele diz uma coisa e faz outra. Nós temos, sim, na bancada do PT, um propósito para dizer aos nobres colegas Vereadores - e aqui queria dialogar com os Vereadores independentes, que estão na oposição: os servidores que estão aqui decretaram estado de greve, Ver.^a Sofia. Os servidores imaginaram que, lá na priorização, entre os dezesseis projetos do Governo, poderiam estar alguns projetos que tratariam dos seus de direitos conquistados ao longo dos anos. O Governo priorizou outros projetos, já que os municipais decretaram estado de greve, colocando em xeque o funcionalismo, apostando na ideia de cansarão e acabarão voltando ao trabalho. Nós entendemos que essa lógica do Governo não dialoga conosco; pelo contrário, nós temos que fazer aqui um documento, garantindo aos servidores que esses projetos que tratam de direitos e garantias não sejam votados no primeiro semestre! Nós queremos que o serviço público ande bem na Cidade? Então, Prefeito, dialogue com funcionalismo, senão, não terá como dialogar conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Vereadores e Vereadoras; categoria dos municipais que, mais uma vez, é obrigada a se mobilizar para defender os interesses da Cidade contra um Governo que parece ter como meta destruir o serviço público. Esta é a essência do Governo Marchezan, é um problema, porque nós temos um desafio de resistência. Nós já conseguimos formar um bloco, que chegou a ter – tem ainda, de modo mais ou menos sólido – cerca de 16 Vereadores. Nós necessitamos ter 19 Vereadores para derrubar o conjunto de projetos do Prefeito

Marchezan. Este é o desafio que está posto para a Câmara de Vereadores. (Palmas.) As pessoas estão aqui só na condição de assistentes, porque têm muito mais a dizer do que a escutar, no caso do serviço público; sabem muito bem que, da outra vez, a Câmara Municipal derrotou o projeto do Governo e conseguiu encerrar a greve. Houve greve em função da mobilização forte, porque a categoria saiu à luta para defender seus interesses. Então, eu quero parabenizar os municipais, que, diante da tentativa de o Governo derrotar os serviços públicos, novamente mostraram que estão dispostos a fazer greve, se for necessário. Parece ser essa a única linguagem garantida para que o serviço público não perca mais qualidade do que está perdendo.

Quero muito conversar com os Vereadores do PRB, porque eles são muito importantes nessa questão. Sou muito confiante no sentido de que eles não aceitem nenhum tipo de pressão deste Governo, acho muito importante! Acho muito importante o Ver. Maroni, de fato, cumprir a palavra que ele tem dito sempre: que não vota contra os servidores. Ele disse que não vota contra os animais e não vota contra os servidores. Se ele não vota contra os animais e contra os servidores, eu estou votando sempre junto com o Maroni nesse caso. (Palmas.) Ele não está aqui agora, mas certamente vai nos escutar, porque aí nós vamos ter os 19 votos. Aqui tem um desafio, que é a combinação da luta dos servidores – porque sabemos, já estou convencido, que o Governo Marchezan não quer saber de diálogo – com a formação desse bloco aqui. O Ver. Janta tem uma boa expressão para isso: “É um Governo que não gosta de pobre”. (Palmas.) Vocês sabem que, no primeiro semestre de 2017, eu nunca votava com o Ver. Janta; agora eu estou Janta o tempo inteiro. Agora, o Ver. Janta está com tudo. Então nós estamos com força para derrotar o Governo, mas nós precisamos unir a força desses Vereadores que não querem a demolição da Cidade. E é muito bom ter pressão dos servidores, porque a Câmara vota muito melhor quando tem pressão dos servidores. (Palmas.)

Estou convencido também que é bom ter votação. O Ver. Oliboni falava aqui que seria bom se o Governo retirasse os projetos – eu não acho que o Governo vai retirar nada, para ser bem sincero –, que seria bom se fossem votados no segundo semestre. Mas nós temos que ser vigilantes, isso não pode acontecer depois das eleições – tem que ser antes das eleições! Às vezes, eleição não resolve nada, e no Brasil nós temos visto que eleição não resolve nada mesmo. Mas se tem uma coisa boa, é o período anterior à eleição, porque dificulta aos políticos votarem contra os interesses do povo. Então, é muito bom que seja antes da eleição. Nós vamos trabalhar para isso, estou falando em nome da oposição, do PT e do PSOL. Sei que o PT tem preocupação com a questão da progressividade, nós também temos, mas eu sei que a oposição tem uma preocupação central, acima de tudo: impedir que um Governo autoritário imponha o seu projeto na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado a todos e uma boa luta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Quero saudar todos os Vereadores presentes; servidores que estão hoje aqui; público que nos assiste pela TVCâmara. Eu queria fazer um comentário, inicialmente, sobre os R\$ 5,5 milhões investidos, entre aspas, na propaganda do Governo Municipal, ontem, no intervalo do programa de televisão Fantástico. Causa-me estranheza ver R\$ 5,5 milhões do pagador de impostos de Porto Alegre sendo colocados numa campanha, em horário nobre na maior emissora de televisão nacional, enquanto Porto Alegre apresenta problemas que vão desde buracos, capinas, aos problemas dos nossos servidores, aos alagamentos, à segurança pública e Guarda Municipal, e, ao mesmo tempo, em que o Governo manda um projeto de aumento de imposto, que é o do IPTU. Então, causa-me uma grande estranheza, Ver. Prof. Alex Fraga. Imagino que também os Vereadores da base devam estar incomodados com isso, já que são R\$ 5,5 milhões que não constam no Portal Transparência como empenhados; no Portal Transparência constam um pouco mais de R\$ 2 milhões empenhados para gasto com publicidade. E nós temos, segundo o próprio anúncio, um rótulo de R\$ 5,5 milhões investidos em publicidade.

Causa-me um profundo desconforto, enquanto Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, já que tenho analisado as contas públicas desde o princípio, e falado desta tribuna que, sim, há falta de dinheiro. E de onde surgiram R\$ 5,5 milhões para isso? Ou quem foi que teve como prioridade investir R\$ 5,5 milhões naquilo e não investir nas prioridades dos serviços do nosso Município?

Penso no tema dos projetos de reforma. O Governo está tratando – e a reunião de Mesa e Lideranças da semana passada deixou isso muito claro – de separar os projetos por uma sequência: os chamados projetos de aumento de receita, e os demais seriam projetos de tratamento das despesas. E isso me deu calafrios, até o Presidente Valter mexeu comigo naquela circunstância, porque votei junto com o PSOL e com o PT, porque para mim, quando se trata um projeto de adequação da lei federal de ISS como um projeto de aumento de receita, já me coloco como opositor.

O NOVO tem uma posição muito clara de rejeição a aumento de impostos, de redução do gasto estatal, de maior eficiência do uso do dinheiro público. E se o Governo trata um projeto de adequação da lei federal do ISS como um projeto de aumento de receita, parece-me que tem outras intenções, especialmente porque esse projeto ficou bastante amplo, e não é à toa que estão colocando emendas para deixá-lo mais amarrado. Da mesma forma, sinto-me desconfortável quando se trata um projeto, como o do Cadin – Cadastro de Inadimplentes, como um projeto de aumento de receitas. Pretende-se apertar ainda mais os inadimplentes, como, por exemplo, os próprios devedores de conta de água, como devedores do próprio IPTU? Colocar os nomes dessas pessoas num portal para acesso de toda a população, parece até um pouco desleal até.

O Cadin deve ser votado aqui por uma questão de transparência, não por uma questão de aumento de receita. O projeto do ISS deve ser votado aqui por uma adequação à lei federal, para que não haja improbidade administrativa do Executivo, e não como aumento de receita. E isso precisa ficar muito claro. O projeto que temos na

Ordem do Dia, das PPPs, em vez de ser um projeto de viabilização de investimentos para a Cidade, está sendo tratado como um projeto de aumento de arrecadação?! Também me causa estranheza. Esses desconfortos que eu estou comentando aqui são para comentar que o próprio projeto do IPTU, este, sim, de aumento de arrecadação, está sendo deixado por último, muito embora eu tenha conversado com diversas Lideranças – que eu gostaria que se pronunciassem sobre isso, como o Ver. Moisés Barboza, como os Vereadores do PTB, e convido a Bancada do PTB a também se pronunciar, como os Vereadores do PP, como o Ver. Professor Wambert, do PROS –, porque o que estava se construindo até certo momento era que os projetos que tratam de despesa seriam apreciados antes dos projetos que tratam de receitas. E o que eu vi naquela reunião de Líderes foi exatamente o oposto: coloca-se o IPTU muito antes, não dá tempo nem de consultar o simulador, para que a população saiba quais vão ser os seus reais aumentos e, mais uma vez, a gente atropela a discussão. Por isso que na Comissão Especial do IPTU, eu e os Vereadores Mauro Zacher, Adeli Sell e André Carús, pedimos que o Governo retire a urgência do projeto do IPTU e se faça um acordo para que se vote, respeitada a noventena, em setembro. Mas não precisamos acelerar esse debate, não precisamos colocar para o pagador de impostos a obrigação de pagar ainda mais, enquanto se gasta com publicidade em horário nobre. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Camozzato. Na verdade, muitas vezes as pessoas da sociedade porto-alegrense cobram e é parte da cidadania cobrar da Câmara o que ela faz, o quanto ela trabalha ou o quanto deixa de trabalhar. Eu quero dizer que eu considero o simulador, que finalmente o Secretário Busatto aceitou fazer, é uma vitória da Câmara de Vereadores, dos 36 Vereadores. Eu quero agradecer ao Governo pela flexão, e quero agradecer aos demais Vereadores pela pressão, porque sem o simulador, de fato, nós estaríamos fazendo um voo cego aqui. E eu próprio, na condição de Presidente, disse que não me sentiria confortável em avançar nessa questão, se não houvesse o simulador. Então, eu quero reconhecer no simulador um avanço, acho que ele é muito importante.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Governo está dizendo que o simulador fica pronto em dez ou quinze dias, e esse simulador eu conheço muito. No período em que fui Líder do Governo, esse simulador foi apresentado aqui na Sala Dilamar Machado. Quando esse simulador mostrar como funciona o IPTU, os colegas Vereadores novamente serão contra o projeto. O Prefeito tem ido às reuniões do Orçamento Participativo e mentido para a população de Porto Alegre, como mente, diariamente, para a população de Porto Alegre. Esse Prefeito que, durante as eleições, mentiu que não aumentaria impostos; esse Prefeito que não gosta de pobres; esse Prefeito mentiroso, que diz mentiras no

Orçamento Participativo para os conselheiros; esse Prefeito hipócrita e mentiroso, que tirou fotos com os conselheiros do meu partido, bem faceiro! Colegas Vereadores, nós não precisamos votar o IPTU aqui, e, se for verdade o que o Prefeito Marchezan anda dizendo, eu vou votar a favor do IPTU. Ele disse que na Restinga somente 502 casas vão pagar IPTU – se for isso mesmo, amanhã vou votar a favor do IPTU. Isso ele disse, na reunião do Orçamento Participativo na Restinga e no Conselho do Orçamento Participativo – COP, está registrado, está gravado, eu tenho a gravação! E disse que as demais 7.712 casas, na Restinga, estão isentas de pagar IPTU. Ele disse que lá no Eixo Baltazar, de cada dez casas, somente uma pagará IPTU. Ele disse que, no Leopoldina – não é no Costa e Silva, pois o Costa e Silva está todo isento –, de cada quatro casas, três estão isentas do IPTU. Ele disse que lá na Lomba do Pinheiro, de 7.000 casas, 4.219 estão isentas do IPTU. O projeto é maravilhoso! Ontem, passei naquele viaduto que leva para o túnel, e está lá o Impostômetro no valor aproximado de R\$ 1 bilhão. Hoje, o Sindilojas está convocando para um almoço na Fecomércio, a R\$ 55,00, para convencer os Vereadores desta Casa.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Vereador Cassio, o senhor vai ser convidado, já está convencido, pois tem ido às reuniões do Orçamento Participativo com os CCs da Prefeitura, para aprovar essa vergonha! Esse Prefeito, que não gosta de pobre, que não gosta de servidor público e que gasta R\$ 10 milhões para se autopromover, porque só para aparecer no horário nobre da Globo, no Fantástico, foram R\$ 5 milhões... Quero ver essa investigação do Grizotti chegar aqui no Município de Porto Alegre e ver CC em empresa que foi extinta por esta Casa. Quero saber por que está publicado e assinado pela Procuradora do Município o valor de R\$ 5.363.064,53, enquanto o Ver. Dr. Thiago falou aqui em R\$ 5.408.785,71 para essa propaganda no intervalo do Fantástico. Aí o Município de Porto Alegre não tem dinheiro; aí a Prefeitura aluga espaço para Secretaria por R\$ 3 milhões, no Centro da Cidade; aí faz esse Programa Prefeitura nos Bairros, que é uma charlatanice, para a população de Porto Alegre. Vem escola aqui dizer que não tem Guarda Municipal, que está há um ano sem professor de matemática. Que picaretagem é essa da Prefeitura? Já deu golpe nas eleições, dizendo que não ia aumentar imposto; deu golpe nas eleições dizendo que ia valorizar o servidor público; deu golpe no povo de Porto Alegre, dia a dia, não respeitando a decisão do povo desta Cidade.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que este simulador é uma picaretagem, porque senão já estava funcionando há muito tempo. Quero ver o simulador funcionar de uma hora para outra e apresentar aqui essas 7.700 casas na Restinga que estarão isentas de IPTU. Quero ver corrigir a planta com esse projeto que quer aumentar em 30%, por ano, o IPTU em Porto Alegre. Charlatão este Prefeito que não gosta de pobre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Sr. Presidente; Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores; colegas da Câmara Municipal; queria aqui, de forma pública, agradecer à direção do Simpa, que, na última assembleia, permitiu que eu falasse. Mais uma vez, reitero o meu apoio incondicional e irrestrito ao serviço público municipal. Não teria como, Ver. Roberto, agradecer a tua fala, mas também lembrar que jogo aberto, e quem fala comigo são os Vereadores Roberto, Sofia, Nádia, Mendes, e eles sabem muito bem que trato tudo de forma muito franca, até para assumir as minhas contradições.

Eu fui favorável ao pedido de urgência por achar legítimo. No outro dia, ao sair da assembleia, conversei por duas horas com o Prefeito Marchezan – e fui até lá porque não falto com a palavra, eu não dou calote, eu falo e faço –, e ele me explicou a situação econômica. Inclusive, Ver. Janta, eu propus a ele que recebesse uma comissão de servidores aqui e que eu me dispunha a organizá-la, e seria com a presença desses 30, 50 servidores que foram ao meu gabinete de forma muito respeitosa. É uma categoria muito respeitosa, e o serviço público tem que ser valorizado. E eu disse para ele uma coisa: o IPTU, *o.k.*; aumento de receita, *o.k.*, porque tem que ser, até para pagar os funcionários; mas funcionário público, não tem como eu votar contra funcionário público, porque é por princípio, porque é minha origem, porque é minha esfera. Há 20 anos, quando eu nem defendia os animais, quando a minha mãe era protetora, Ver. Roberto – e estás bem lembrado disso –, eu já defendia o serviço público, porque eu passei por arrocho salarial em casa, porque meu pai me levava para greves em 1985, e não tem o que me convença a votar contra os servidores públicos trabalhadores. Não podes mudar a regra no meio do jogo, não tem como o indivíduo que ganha cinco, seis, oito mil reais ganhar menos, e também não tem como mudares a regra daqueles que estão ou do que está combinado, ou, daqui a cinco anos, vais ganhar tanto, mudar para os que estão. Isso não tem como me convencer, Ver. Prof. Alex. Por isso eu quero dizer aqui: a minha luta é muito difícil, é uma luta diária, permanente pelos animais, eu optei por um *modus operandi* diferente do da política tradicional em cima dos animais, Oliboni, vivendo aquilo que não tem política pública. Nos quatro anos em que eu estou aqui, eu votei contra o reajuste de salários dos Vereadores não por demagogia, mas por princípio, aquele princípio lá de trás de achar que a política não pode se autoajustar, mas jamais votarei contra o serviço público.

Quero aqui, mais uma vez, abrir o gabinete e dizer que recebo, quero, inclusive, que os servidores que estão aqui me ajudem, porque, em cada escola tem um animal, em cada posto de saúde tem um animal abandonado, denunciem, me chamem para atender, porque a minha luta pelos animais é de segunda a segunda. Ontem era 1h da manhã, eu estava na praia de Imbé, num município que nem é meu, trabalhando, porque não tem política pública em nenhum lugar do Estado para os animais.

Quero dizer para os servidores que tiverem disposição que eu tratei com o Marchezan, eu quero fazer essa conversa com o Marchezan junto com os servidores,

para vocês serem ouvidos por ele, e ele se comprometeu, disse que eu podia tentar abrir esse diálogo, construir algo para vocês falarem. Quero dizer aqui, com todo o respeito que eu tenho a todos os partidos, ao PT, ao PSOL, ao PDT, ao PMDB, ao PSDB: eu não votei no Marchezan, votei no Raul Pont, digo aqui abertamente. Quero dizer, inclusive, que, na próxima eleição, a minha tendência, se a condição estivesse como está, por uma condição de ajuste democrático, votaria no Lula, vou votar no Lula, provavelmente, na próxima eleição, respeitando todas as opiniões. Mas quero dizer para vocês, abertamente, que o serviço público continua, o serviço público é a Cidade, o serviço público tem que ser valorizado sempre, porque, se não, não funciona. Eu pago o pato dos animais na Cidade porque o serviço público está debilitado, porque falta em muitas áreas. Isso nunca vai ter o meu voto contra. Parabéns a vocês, contem sempre comigo na luta pelos animais e pelo serviço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Eu quero, a título de esclarecimento, dizer que todos são muito bem-vindos; o acesso ao plenário, entretanto, é restrito aos Vereadores, às assessorias de bancada que estiverem devidamente identificadas, aos servidores que trabalham aqui dentro e à imprensa. Esse espaço aqui à direita é considerado pelo nosso protocolo extensão de Mesa. Quando nós temos alguma solenidade, quando não há espaço hierarquicamente para que todas as autoridades componham a Mesa, compõem aquele espaço, como extensão de Mesa. Muitas entidades são bem-vindas, mas o fato é que, infelizmente, nós não podemos, porque, primeiro, não há previsão regimental. Se nós abirmos para uma entidade, teremos que abrir para todas. O espaço a todo e qualquer cidadão e a toda e qualquer entidade é aqui, dentro do plenário, conosco, mas nas galerias da Câmara. Então eu quero lhe dizer, com muito carinho e com muito respeito, que não é desconsideração, mas a senhora me perdoe. Este é o espaço que nós temos aqui para receber todas as pessoas que representam determinadas entidades. Eu estou lhe explicando isso por consideração, mesmo que a senhora fique chateada comigo. Eu lamento, mas acho que a verdade sempre deve presidir as nossas relações para que as coisas, no fim, fiquem bem esclarecidas. Mais uma vez, são todos muito bem-vindos aqui. A Casa é de vocês, a Casa é do povo. Muito obrigado.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde servidores, municipais, municipais, quero saudá-los pela garra, mais uma vez. Eu esperava – usando o tempo do PSOL, do Roberto Robaina, do Prof. Alex Fraga, desta Vereadora – que o Governo se inscrevesse para falar, esperava, encarecidamente, que houvesse alguma resposta aos vários questionamentos trazidos, muito corretamente, por vários Vereadores, sobre o desmonte do serviço público, sobre o achaque que é na carreira esses PLs que tramitam e que destroem a carreira dos servidores; sobre o

escandaloso R\$ 5,6 milhões gastos comprando propaganda em horário nobre na Rede Globo; esperava respostas dos R\$ 3 milhões que se estima que vai se gastar para alugar prédios para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nessa situação de penúria em que vemos o Governo sempre dizer que não tem recursos para garantir direitos sociais, quando vigilantes da FASC ficaram cinco meses, lá, do Albergue Municipal. Sei que tem servidores da FASC aqui sem receber salário, quando as pessoas em situação de rua têm que enfrentar banho gelado, e ele fica fazendo propaganda na televisão que tem um plano para as pessoas em situação de rua. A gente vê justamente o contrário, na realidade, que os poucos abrigos e albergues públicos estão sendo desmontados. Mas o silêncio do Governo foi sepulcral, e acho que a gente tem que ter coragem de defender as posições que a gente tem. O PSOL, aliás, sempre tem coragem de dizer o que precisa ser dito sobre este Governo.

Eu preciso dizer para os servidores que o pacote, todo ele que tira direitos da carreira, é um escândalo! Tirar e alterar o efeito cascata pode significar uma perda de 40% do salário, é um elemento de coerção ao conjunto dos servidores públicos, que é o que o Marchezan quer fazer, nem tampouco que foram eleitos os servidores como inimigos do Governo. Desde o primeiro dia do Marchezan, é um dia ofendendo o servidor público; no outro, alterando as rotinas para tentar desmontar os projetos pedagógicos da rede municipal; no outro, parcelando salários, mesmo quando tem elementos e indícios de que a Prefeitura poderia quitar o salário dos servidores em dia ou, no mínimo, com o superávit, como foi trazido pelo DIEESE aqui na Câmara de Vereadores. Mas o que queria dizer a vocês, servidores públicos que nos acompanham na tarde de hoje, no primeiro dia de greve dos servidores municipais, é que, na verdade, o conjunto dos pacotes apresentados pelo Prefeito Marchezan é o pacote de um Robin Hood às avessas: literalmente tira do povo para dar aos ricos; literalmente tira dinheiro da carreira para desmontar o conjunto do serviço público. Por quê? Eles priorizaram os pacotes tributários, um dos projetos permite aumentar em 400% o dinheiro das parcerias público-privadas, ou seja, saltar de R\$ 50 milhões para R\$ 250 milhões de dinheiro público para financiar projetos da iniciativa privada. Isso significa que eles terão mais dinheiro que a Secretaria de Segurança, mais dinheiro que a Secretaria de Cultura, mais dinheiro que toda FASC, mais dinheiro que o DEMHAB e a política da habitação para entregar projetos e ativos públicos para interesses privados. Vejam vocês, eles querem pegar 90% do saldo dos fundos municipais, entre eles todos os fundos da cultura, o Fundo de Assistência Social, o Fundo de Reciclagem, os R\$ 30 milhões do Fundo de Meio Ambiente, para financiar o pretense Fundo de Modernização de Porto Alegre, que significa o quê? Privatização do Mercado Público, privatização da Carris, desmonte da Procempa. Vejam vocês a perversidade da coisa. Ele mente que o IPTU não onerará a população. O Ver. Janta falava aqui dos imóveis na Restinga, e, ao mesmo tempo, o simulador ainda não foi liberado. No projeto do IPTU, eles dão uma redução de 25% dos impostos para os hotéis do Centro de Porto Alegre, para as grandes lojas do Centro de Porto Alegre, para todas as áreas comerciais do Centro de Porto Alegre, e aumenta quase 100% as áreas residenciais. Vejam vocês, no IPTU, ele diminui a alíquota dos vazios urbanos, ou seja, os grandes terrenos da especulação imobiliária pagarão menos

impostos e vocês, que estão sentados aqui, pagarão mais. E a população, que nem sabe do que nós estamos tratando, pagará mais. E os grandes especuladores imobiliários pagarão menos. Ele está reduzindo a alíquota das mansões, dos milionários para escorchar e massacrar a classe média. Por que fazer esse parêntese dos projetos tributários? Porque nós precisamos fazer um amplo movimento na cidade de Porto Alegre, mostrar que o mesmo pacote que quer fazer um tarifaço na população é o pacote do desmonte da carreira; mostrar que o Marchezan está unido com as castas políticas, com algumas empresas para massacrar o povo da Cidade, aumentando a tributação dos trabalhadores da classe média e desmontando a carreira de 20 mil servidores públicos municipais. Nós precisamos mostrar para eles o que é óbvio, que desmontar a carreira de quem já tem 8%, só no último ano, de perda salarial, com o aumento do Previmpa e a não reposição da inflação, significa menos comércio e menos serviço, significa uma bola de neve na academia. E eu não estou falando com o Sindilojas, porque o Sindilojas está fazendo *lobby* contra vocês e precisa ser denunciado – Sindilojas, Sinduscon e uma série de entidades patronais. Mas para a gente debater com o conjunto da população da cidade de Porto Alegre, mostrar que esse pacote é antipovo, é recessivo e, ao mesmo tempo, é extremamente neoliberal.

Portanto, nós, do PSOL, hoje, que começa a votação dos PLs que trancam a pauta, queremos dizer que precisa de uma unidade muito ampla, de todos nós, contra os PLs dos servidores e pela derrota dos pacotes do IPTU, dos fundos municipais e dos que permitem privatizar os nossos próprios públicos municipais, facilitando as parcerias público-privadas e drenando recursos públicos para financiar as parcerias público-privadas. E digo mais: essa mobilização que vocês fizeram ano passado foi fundamental para que, em 2017, a categoria tenha sido vitoriosa em muitos aspectos. A partir da luta dos servidores, se mudou a correlação de forças internas e nenhum dos pacotes do funcionalismo foi aprovado, dos que tratavam da carreira, porque, infelizmente, o da previdência foi aprovado, numa sala fechada. Infelizmente, foi aprovado. E nós precisamos repetir essa mobilização no ano de 2018 e, ao mesmo tempo, garantir que a votação aconteça o mais rápido possível, concordando com o Roberto com o que diz respeito a ser antes do processo eleitoral, para a gente saber quem é quem nesse processo, quem dá voz aos servidores, quem está do lado do serviço público e quem está defendendo a classe empresarial e o Governo neoliberal do Marchezan.

Parabéns pela mobilização de vocês, contem com a bancada do PSOL nessa luta que está apenas começando. Semana passada eu disse, Mônica, e concluo por aqui que esta é mais uma batalha de uma longa guerra que nós temos pela frente. Infelizmente, enquanto o Marchezan estiver no Paço, vai ser em cada local de trabalho uma assembleia, em cada local de trabalho um piquete, em cada local de trabalho uma discussão permanente da defesa dos direitos de vocês e da defesa de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Vereador Mauro Zacher.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica Leal, senhoras e senhores, caros colegas Vereadores, caros colegas homens e mulheres, municipais e municipais, quero dizer que eu estranho que, pela primeira vez, não se acredita na palavra de uma Vereadora neste plenário. Obviamente, eu jamais roubaria um tempo sem o dono desse tempo ter inclusive solicitado que eu o ocupasse. O Ver. Mauro Zacher não está bem de saúde, e hoje pela manhã, tendo em vista que estariam aqui os colegas municipais, ele pediu que eu solicitasse este tempo, porque ele e a Bancada do PDT são parceiros dos municipais contra o desmonte do funcionalismo. E eu quero agradecer ao Ver. Mauro Zacher e desejar-lhe melhoras. Ele teve que vir pessoalmente aqui firmar que havia solicitado que eu usasse esse tempo, que uso com muita honra, começando, Vereadores e Vereadoras, trabalhando o primeiro tema, o tema da máscara do Marchezan que espero tenha caído para os Vereadores que chegaram a acreditar na crise financeira que ele forja na Cidade, pelas mentiras que ele conta para forçar a votação de projetos que acabam com a carreira do funcionalismo, para forçar aumento de impostos na cidade de Porto Alegre. Vou trabalhar elementos que mostram – já trabalhados por vários Vereadores aqui, mas vou mostrar outros – que não é verdade. Os PowerPoints do Prefeito Municipal que são reproduzidos para que mentiras se tornem verdades, aqui, nas reuniões do OP, que destruiu e só mantém para se legitimar, porque ele não chama a população para decidir nada com ele, ele está usando antigos representantes do OP que não existe, que não funcionou no ano passado, para tentar legitimar suas mentiras – pessoas, inclusive, vinculadas ao Governo. Ora, nesse PowerPoint ele disse, muitas vezes, que a Prefeitura é deficitária há alguns anos, que desde os anos 2000 as despesas não cabem nas receitas. A Controladoria do Município divulgou dados agora que mostram o inverso disso. Estou com um gráfico pequeno, mas quero mostrar, pois estamos transmitindo a vivo, e vocês têm que transmitir isso para as pessoas que atendem no HPS, onde falta material básico para atender a população, para as pessoas que atendem na escola, submetidas à violência, para as pessoas que atendem na limpeza urbana, porque o lixo se espalha pela cidade de Porto Alegre. Estive ontem na vila Gaúcha, é um absurdo, está tomada de lixo, porque se destrói o serviço público. Tem que contar para a população que o gráfico real é esse aqui (Exibe documento.), todo acima da linha, desde 2014 fecha o ano com superávit. Se forem dizer que é maquiado, vou dizer: se fechar com superávit é que a Prefeitura consegue pagar as contas essenciais; até 2016 recompôs a inflação para os funcionários e funcionárias, seguindo nomeando para não faltar professores em sala de aula. Portanto, foi possível fechar com superávit todos os anos anteriores, Vereadores e Vereadoras, inclusive 2017, cento e sessenta e poucos milhões de superávit. Então essa

mentira que ele repetiu para os empresários que agora levaram benesses no IPTU, e por isso estão inclusive se colocando contra o funcionalismo, dando tiro no próprio pé, caiu por terra. É uma mentira que cai por terra quando o Prefeito coloca – Ver. Camozzato, que veio aqui se espantar –, R\$ 5 milhões em propaganda! Ora, de uma Prefeitura quebrada você retira R\$ 5 milhões só para fazer propaganda? Se isso não desmente a farsa de uma Prefeitura ingovernável, eu não sei o que vai desmentir. E tem outro elemento que está neste gráfico que o DIEESE organizou para nos apresentar – apresentou para os Vereadores –, renúncia fiscal. A Prefeitura de Porto Alegre aumentou, de 2017 para 2018, 8% em renúncia fiscal – renúncia! Está renunciando a impostos por diferentes mecanismos, e um deles, o mais forte, R\$ 17,8 milhões para as empresas de transporte privado. E a Carris, Vereadores e Vereadoras, é a que mais contribui para a câmara de compensação, Ver. Robaina, que preside a Frente Parlamentar em Defesa da Carris, e a que mais carrega passageiros, e ele dá isenção e renovou a isenção para o transporte geral público de empresas privadas na cidade de Porto Alegre. E há outros milhões que vão a R\$ 20,214 milhões, em IPTU, em ITBI, em pesquisa e desenvolvimento na saúde de renúncia fiscal que pratica o Prefeito Marchezan. Se ele pratica renúncia fiscal, é porque tem recursos de que ele abre mão. Mas há questões muito mais graves, e nós denunciemos, na semana passada, no Tribunal de Contas: o Prefeito tem uma intenção, não é somente destruir a carreira pública, é destruir a carreira pública para substituir por serviços privados, porque o modelo que ele tenta impor na cidade de Porto Alegre é o da privatização. E no DMAE ele vai tão longe – colegas do DMAE, que bravamente estão na greve e estão na luta, que ano passado desmascararam esse Prefeito –, que hoje há 2 mil cargos vagos. O Diretor-Geral do DMAE - nós entregamos ao Dr. Geraldo da Camino – mandou ofício interno para o Prefeito, reiterando – não é dizendo, Vereadores – que o DMAE corre risco seriíssimo de interromper abastecimento e de não garantir a qualidade da água. E não é só isso, ele vai tão longe para privatizar, para mostrar que o DMAE não está bem, repetindo a cantinela de que precisa buscar dinheiro privado para o DMAE, se não, vão continuar os alagamentos. “Vocês não têm pena das pessoas que estão com o esgoto...?” Eu ouvi isso do Prefeito. Ora, o próprio Dr. Geraldo fez a conta, só de contas de água, porque não tem mais equipes suficientes para ir lá dar advertência, para fazer o desligamento e para ligar de novo – e isso é estudo dos nossos colegas, bravos colegas do DMAE , que são sérios no que fazem –, são R\$ 170 milhões. Ver. Dr. Goulart, tem R\$ 170 milhões em contas de água não pagas, que um DMAE que tivesse nomeado servidores, teria ido buscar. Sabem o que são R\$ 170 milhões? E, vejam, tem mais dados do DMAE muito importantes. Mesmo assim, o DMAE, pelos dados que a Prefeitura colocou no Transparência, foi uma das receitas que cresceu no ano passado. Aliás, no ano passado e no primeiro quadrimestre, o DMAE praticamente dobrou os ingressos de receitas comparando o primeiro quadrimestre de 2017 com o de 2018. Foram R\$ 17 milhões arrecadados no primeiro quadrimestre de 2017 e R\$ 26 milhões em 2018 nesse primeiro quadrimestre. Por quê? Porque os funcionários estão mostrando que eles têm compromisso com o serviço público, que o DMAE é superavitário, que o DMAE tem muito mais condições de atuar nesta Cidade, e é uma preciosidade que nós

não podemos privatizar. É muito importante para os Vereadores aqui, que ficam fazendo odes à privatização, se darem conta de que, enquanto o DMAE tinha esse gráfico aqui (Mostra gráfico.) azul – para vocês verem, colegas, para falar à população–, leituristas, próprios da Prefeitura, a arrecadação da leitura no relógio era nessa altura; quando foi privatizado, em meados de 2014, em preços fixos, estudo dos nossos colegas, caiu a receita do DMAE. Caiu pela terceirização dos leituristas, a nossa equipe, própria de leitura, assim como é a limpeza urbana, que a gente viu lá na Gaúcha. Quando eram os próprios funcionários, eles faziam coleta dentro da vila, não tinha foco de lixo, tinha carro pequeno; assim os leituristas, que não deixavam uma conta para trás. E agora a terceirizada tem apresentado conta pela média, não busca os relógios, não atualiza, não indica onde tem problema, não tem nenhum compromisso com a receita pública! Compromisso é: realizou o serviço, saiu correndo, fez uma média. E nós apresentamos para o Ministério Público de Contas quantas contas estão sendo repetidas e emitidas pela média. Isso significa que a população vai lá e questiona a conta, não paga, renegocia, tem que baixar e não tem a intervenção qualificada. Mais de R\$ 170 milhões só de contas de água que a Prefeitura renuncia de ir buscar.

Eu usei mais o DMAE para dar o exemplo, porque é recurso público, mas os dados da Prefeitura mostram que nós, funcionários municipais... Para o Previmpa, senhores, há quatro projetos que são de previdência, o nº 009 é perverso – nenhuma gratificação, nem regime, nem hora extra, nem nada será levado para a aposentadoria se não tiver o funcionário investido dela nos dois últimos anos! Agora, imaginem uma vida inteira, Maroni, 40 horas, e, nos dois últimos anos, te tiram o regime e tu te aposentas com metade do teu salário. Vejam se não é perverso! Se não é injusto, se não é maldoso com o funcionalismo, se não é uma falta absoluta de compromisso com quem deu vida pela política pública. (Palmas.)

Falava eu do regime de previdência, das contas que aumentaram no ano passado, as receitas próprias, foi da previdência, que está todo mundo aqui com salário congelado e com desconto de 3% a mais na previdência. Resultado? O Fundo de Previdência cresceu de regime capitalizado, arrecadou, no primeiro quadrimestre do ano passado, R\$ 72.796.000,00 e nesse quadrimestre R\$ 165.244.000,00. Significa que quase dobrou a nossa contribuição e, mesmo assim, na capitalização que tem mais de R\$ 1 bilhão e, mesmo assim, o Prefeito não está satisfeito. Ele quer um terceiro regime, o regime de previdência privada complementar. Ele quer impor teto, ele quer desorganizar a aposentadoria dos servidores e das servidoras. Ele não está satisfeito com a solução que nós já demos, porque já faz 17 anos que nós criamos o Fundo de Previdência e todos que entraram, desde 2001, já estão dando a sua contribuição. São 17 anos em que servidores se aposentarão e não custarão mais na folha, não serão mais peso para a Prefeitura! E mais: já deram sua contribuição! Não terão aposentadoria integral. São 20% a menos de aposentadoria do que o último salário. E esse Prefeito predador não está satisfeito, desprezador do serviço público! Nós, portanto, vamos derrotar esses projetos, um a um desses projetos famigerados que desestimulam a carreira pública! Um a um!

E eu uso esses 15 minutos para ir explicando isso, para que os nossos Vereadores, o Ver. Alvoni, o Ver. José Freitas, que têm dialogado de maneira tão positiva, compreendam que uma Prefeitura, que um serviço público é fundamentalmente oferecer serviços à cidade. E isso não se faz sem pessoas! Vocês mesmo concordaram aqui! De que adianta colocarmos câmera de vídeo para a segurança? Nós precisamos do ser humano interagindo, construindo política de segurança. Nós precisamos de seres humanos, das assistentes sociais, das técnicas lá atendendo a população mais carente! O que é a vergonha, nesta Cidade, neste frio de inverno, tem 5 mil pessoas dormindo nas calçadas desta Cidade! E não há uma política pública para atendê-las porque o Prefeito acha que a FASC é deficitária! Como assim, deficitária? A FASC é investimento, Prefeito! Tenha respeito com a Capital que tu governas! Tenha respeito com o funcionalismo! Não à destruição das carreiras! Não às mentiras que são repetidas sobre a situação financeira! Mostre competência, Prefeito Marchezan, e deixe de mentir para a cidade de Porto Alegre!

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Obrigado, Ver. Mauro. Já deixo registrado em público que no próximo Grande Expediente cederei meu tempo a V. Exa. pela relação democrática e aberta que V. Exa. colocou.

Jonas, deixo, desde já, um agradecimento ao Simpa por ter aberto espaço lá na assembleia. Quero também esclarecer por que vou votar no Lula. Não há nenhum problema, pois este é um espaço político, acho que é fundamental. Eu sou daqueles que acredito na lei da natureza e da diferença, e não sou a favor de soterrar qualquer opinião, seja ela da extrema esquerda, que eu acho que é legítimo que exista – PSTU, PSOL e tem até esquerda disso aí –, seja ela de direita liberal, porque acho que a democracia é a diferença. Assim como respeito umbandista, evangélico, católico.

Particularmente, acho que foi feito um processo político e pelo bem da democracia não acho que poderia ser preso só o Lula. Justificaria para mim se entrassem na cadeia, algemados, Lula, Temer e Aécio. Aí tudo bem, seria um processo linear. Agora, quando tu comprometes e fazes política em cima de um só grupo, quase dois anos, como foi feito... E não sou filiado ao PT, nem tenho carta para defender aqui, mas para justificar minha posição, que é por um elemento da democracia: tu não podes fazer o julgamento de um grupo só. Assim como se a Luciana Genro fosse presa sozinha, ou se fosse preso qualquer outro indivíduo por um julgamento político, eu estaria votando com quem fosse, porque não aceito que juízes estejam acima do bem e do mal para julgarem quem querem, como querem.

Quero falar aqui, mais uma vez, reafirmar meu apoio aos servidores, que está fechado. Como falei aqui, vou votar, de ponta a ponta, com os servidores, por sempre ter votado aqui com o serviço público, por sempre ter votado a favor dos reajustes do serviço público e qualquer projeto que tenha entrado. E muitos enganos aconteceram, por exemplo, como a questão do pacote que foi votado aqui. Mas eu estou aqui, porque eu prometi para o Procurador, e venho fazer o que eu falei, como eu sempre combino e faço. O Procurador Fábio Nyland, que é colega aqui da Câmara, servidor, infelizmente barrou, colocou um parecer contrário à CPI que eu abri com 23 votos da Câmara. CPIs que são difícilísimas de abrir! E falei para ele que traria para o plenário por não aceitar. Ele justificou que foi contra uma CPI, e na minha opinião a maior parte das CPIs não acontecem porque os políticos se protegem. A maior parte das CPIs não vão a fundo, e vocês que são funcionários públicos veem a corrupção no dia a dia. Estou mentindo? Levante a mão aqui quem muito viu um ou outro roubar dentro do seu setor público, dentro das gestões da política? Isso é normal, isso é tradicional, isso é lamentável, isso é cruel! Porque, se o serviço público hoje está sendo culpado, boa parte é pelas más gestões e pela corrupção. Pela corrupção que faz os Municípios se afundarem, os governos estaduais se afundarem e a federação igual. Pois bem, uma CPI seriíssima, aberta para investigar o Hospital Público Veterinário. Uma obra sem cabimento – se tiver algum indivíduo aqui da SEDA, ele sabe. Falta dinheiro para pagar vocês, estão dizendo que estão em crise econômica, e foi inaugurado para fazer *marketing* lá na cidade de Guaíba. Nem foi em Porto Alegre. E não tem como funcionar! E eu pedi a investigação disso, se o foram prestadas contas, porque vocês já viram empresário dar sem nada em troca? Alguém aqui levanta a mão. E eu quero cruzar os meus braços e esperar, Jonas, se alguém já viu empresário dar dinheiro sem nada em troca. Todos sabem que a orla do Guaíba, aqui, foi muito bem tratada e negociada. Todos sabem que as grandes obras – todas – entram em negociação, Jonas, ou estou mentindo? Pois bem, eu queria investigar o Hospital Público Veterinário! Eu queria investigar, por que ele não tem como funcionar; eu queria investigar por que é um *shopping center*, se o Hospital Público Veterinário sou eu? Quem atende animais sou eu! Quem gasta dinheiro sou eu! Quem dá cirurgia dos animais sou eu! Em Porto Alegre, Viamão, Guaíba! E ninguém tem mais moral para falar da realidade dos animais do Estado do Rio Grande do Sul, e bem provavelmente do Brasil, como eu! Porque eu vivo o que eu falo! Eu vivo todos os dias! Eu abri mão das minhas férias, sabia, Jonas? Eu nunca tirei férias aqui na Câmara. Eu nunca tive final de semana. Tem gente que acha que é loucura. Eu convido para me acompanhar, Roberto, num final de semana. Eu queria investigar, Luciana, uma obra; eu queria investigar os telefones, os carros; eu queria investigar por que tinham tantos CCs na CEEE, na última gestão, e por que uma Associação, que é a ARPA, funciona num terreno público. Infelizmente, é a primeira CPI que não sai. Não por falta de assinaturas, porque eu tenho trânsito, eu peguei assinatura do PSOL ao NOVO. E aí, vai ser a primeira CPI que vai acabar em pizza, por causa do Procurador Fábio Nyland, que me argumentou que não faz política, que não é filiado. E eu pergunto: servidor público não faz política? Vocês fazem muita política. Professor faz política? Faz política. Funcionário público faz política? Todo mundo faz

política! Eu falei isso para ele na cara dele! Como é que tu vai me barrar uma CPI com 23 assinaturas? “O senhor não deu argumentação suficiente”. Mas eu falei, no projeto, que eu queria investigar a obra, os telefones, os carros e a associação, que está num terreno público e que não devolve a prestação de contas e não atende um animal de graça! Quem gasta o dinheiro do meu bolso... Para o Sr. Fábio Nyland: que vergonha! É uma CPI que não acaba em pizza, porque acaba na mão de um procurador! Eu não tenho medo de procurador! Eu não tenho medo de nada, porque eu sentei na frente do Promotor, no Ministério Público, e perguntei: quantos casos de maus-tratos o senhor atente por mês? Três, quatro, cinco? Pois é, eu atendo 500. Sabe para onde vai, Jonas, Adeli, Mauro, estupro de animais? Sabem quem é que resolve? O rapaz aqui, louco. Quando tem um animal esfaqueado, o louco; quando tem um animal atropelado, o louco. E sabem o que funciona e que é público para os animais? Nada! Nada! Nada! É uma vergonha! Eu tenho que ir para todas as cidades, porque não funciona nada. Nós estamos no negativo. E eu recebi um grupo de protetores, sábado, porque eu defendo os fedorentos, os que estão no meio do sangue, da sarna. Eu mesmo subi aqui, cagado, milhões de vezes. Eu peguei sarna, duas, três vezes neste ano, porque eu mexo com bichos, porque não tem onde atender! Porque não tem onde atender! E o indivíduo, o Procurador, dá parecer contrário e acaba com uma CPI. E não tem hospital, não tem política pública em Porto Alegre, Viamão, Alvorada. É uma vergonha! É uma vergonha! E eu vou estar aqui lutando por esses fedorentos, lutando pelos pulgentos, pelos ensanguentados, pelos invisíveis, aqueles que ninguém enxerga, ninguém olha e que não podem encher a galeria para lutar. A minha vida vai ser doada para os animais e é por isso que eu estou aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 19 a 21 de junho de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aproveito a oportunidade para registrar a presença da ex-Deputada Federal, Luciana Genro. Seja muito bem-vinda. (Palmas.)

Aprego Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores André Carús e Mendes Ribeiro, ao PLE nº 003/18.

Aprego Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 004/18.

Aprego Emenda nº 01, de autoria dos Vereadores Ricardo Gomes e Dr. Thiago, ao PLCE nº 004/18.

Aprego Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Ricardo Gomes e Felipe Camozzato, ao PLCE nº 004/18.

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 e nº 02 ao PLCE nº 004/18.

Apregoo as Emendas nº 03 e nº 04, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 002/18.

Apregoo as Emendas nº 05 e nº 06, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 002/18.

Não há necessidade de dispensa do envio às Comissões, porque os projetos em questão estão em regime de urgência.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, eu quero agradecer ao Ver. Pujol pela cedência deste espaço de Liderança. Quero dizer que falo neste espaço, nesta concessão, especificamente em meu nome. O DEM tem tido no Estado e nesta Cidade essa posição extremamente redemocrática de, na maioria das vezes, termos as mesmas posições, mas, em algumas situações, quando divergimos – e essa é uma característica do Ver. Pujol e, sem dúvida nenhuma, é uma das coisas que mais me atraiu para esse foro privilegiado do Democratas –, temos a liberdade de expor nosso pensamento. Eu vejo três situações importantes na Cidade que precisam ser desfeitas, três mantras que vêm do Paço Municipal que precisam ser desfeitos. O primeiro mantra se refere a que o Município de Porto Alegre está quebrado, protagonizando o caos. Uma cidade que não tem possibilidade de avançar, se não for pelo aumento absurdo dos impostos e pelo corte total ou quase total dos serviços. Quero dizer que esse mantra não é verdadeiro; quero dizer que não sou só eu que estou dizendo isso, um Vereador independente, que não tem vínculo direto com o Governo: quem disse isso foi, no dia 14 de junho, dia do meu aniversário, o DIEESE, nesta Casa. Antes disso, a Controladoria-Geral do Município já havia dito, e a Controladoria-Geral do Município, um órgão que não é subordinado diretamente à Fazenda, disse que, no ano de 2017, o Governo teve um superávit de R\$ 163 milhões. Isso precisa ser dito! Os documentos mostram isso, diferente daquilo que foi prolatado, de um déficit de R\$ 300 milhões, outros falaram em déficit de R\$ 500 milhões, outros falaram em R\$ 800 milhões, e a Controladoria do Município falou num superávit de R\$ 163 milhões. Com esse recurso dava para ter pago, inclusive, o funcionalismo. Isso dialoga e é conjugado com as últimas publicações que nós vislumbramos no Diário Oficial, de um recurso de mídia que somado vai a mais de R\$ 5 milhões, e a propaganda que nós vimos ontem, no intervalo do Fantástico, mais R\$ 5 milhões! E não são as mesmas rubricas, se vocês aumentarem a imagem, e observarem o cantinho esquerdo da tela, na publicação de ontem, lá está o valor da mídia, são mais de R\$ 5 milhões. Isso também não dialoga com o aluguel de um prédio por mais de R\$ 3 milhões. Então, definitivamente, Porto Alegre tem crise? Tem! Mas é uma crise conjuntural, não estrutural, e, no ano de 2017, apresentou, sim, superávit.

O segundo mantra é de que o problema do serviço em Porto Alegre são os servidores públicos – esse é o segundo mantra – e que por isso precisamos reduzir gastos. Não é verdade! Isso quem diz não sou eu, é o próprio Prefeito de Porto Alegre quando informa ao Tribunal de Contas que gastou 43,83% com funcionalismo, longe do

que está descrito na lei, que é o limite prudencial de 51,30%. Longe disso! O problema não é o funcionalismo.

O terceiro mantra, Ver. João Bosco Vaz, é de que nós precisamos aumentar os impostos da Cidade, de que a arrecadação do IPTU precisa sair dos seus R\$ 350 milhões para próximo de R\$ 800 milhões, de que nós precisamos onerar a classe média alta e a classe média baixa para poder prestar os serviços adequadamente na Cidade. Nós não coadunamos com isso, nós não acreditamos que podemos dar isenções para alguns setores onerando ainda mais a classe média. A sociedade não aguenta claramente mais aumento de impostos.

Neste primeiro dia de paralisação em função da possibilidade da aprovação de projetos que destroem as carreiras públicas do Município de Porto Alegre, eu peço que todos os senhores e senhoras levem para fora dos portões da Câmara Municipal essas convicções calcadas em dados para que nós possamos fazer um esclarecimento público à cidade de Porto Alegre. Nós temos, sim, como ter as contas públicas equilibradas e ter serviços públicos de qualidade prestados na sua essência por servidores públicos qualificados, que, lá atrás, quando prestaram concurso público, assinaram um contrato com a Prefeitura de Porto Alegre, e esse contrato precisa ser honrado até o fim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h21min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 3045/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que estabelece diretrizes a serem observáveis pelos órgãos e pelas entidades da Administração Municipal, Direta e Indireta, nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos e dispensa o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país que se destinem a fazer prova nesses órgãos e entidades.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Elizandro Sabino: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 16-06-18 (sábado).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 342/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na verdade, o projeto e o veto que estão em discussão são muito simples. A maioria dos Vereadores vai se lembrar que nós votamos a unanimidade esse projeto, que visa reduzir a burocracia no Município. É um projeto que trata da extinção da exigência de firmas reconhecidas e cópias autenticadas para os procedimentos junto ao Município de Porto Alegre, salvo naquelas situações em que o servidor encontrar algum indício de falsidade do documento, e, nesses casos, ele poderá obviamente requerer autenticação do documento. Esse é o projeto, ele traz diretrizes de desburocratização – esse é o art. 1º, que não foi vetado –, e os artigos 2º e 3º dizem única e exclusivamente que fica dispensada a exigência de firma reconhecida e cópia autenticada para os procedimentos junto ao Poder Público em Porto Alegre. Esse projeto foi votado por unanimidade aqui na Casa, os Vereadores hão de lembrar, foi saudado pela sociedade por ser um projeto desburocratizador. Quero lembrar a todos que o inteiro teor desse projeto foi retirado de um decreto federal que vige sobre a mesma matéria. O decreto federal tem muito mais coisas que nós optamos por não incluir no projeto, para deixá-lo leve e não interferirmos no exercício do Poder Executivo. No entanto, por orientação da Secretaria da Fazenda, acabou havendo um veto parcial no tocante aos artigos 2º e 3º que são, justamente, os mais importantes. Nós temos diversos procedimentos que são feitos hoje, perante a Prefeitura, que acabam exigindo que o cidadão vá até um cartório, gaste dinheiro, perca tempo na fila para autenticar um documento ou para reconhecer firma, para depois levá-lo ao Município de Porto Alegre. Este projeto quer justamente acabar com esta burocracia, com este gasto de tempo e de dinheiro, desnecessário. Neste sentido, o mérito do projeto, que foi votado nesta Casa, é positivo, já foi analisado. As razões do Veto, ousou discordar delas! Em primeiro lugar porque, se há alguma situação excepcional, em que a Fazenda ou alguma Secretaria exijam para um caso específico, isso está abarcado no projeto quando diz que, quando houver dúvida razoável, o servidor pode, naquele caso, exigir. Então, não é uma porta fechada que a Prefeitura não possa interpretar adequadamente, se for o caso. Então esse é o conteúdo do projeto que quero lembrar a todos, de novo, primeiro:

é todo retirado, copiado de um decreto federal; segundo: foi votado por unanimidade nesta Casa; terceiro: é positivo para o cidadão de Porto Alegre, que vai gastar menos tempo e dinheiro na fila do cartório, podendo se dirigir diretamente a uma Secretaria Municipal para ter sua demanda atendida. É um projeto moderno do ponto de vista da desburocratização - tudo que sempre falamos, tudo que sempre defendemos, inclusive eu defendi como Secretário e que sigo defendendo como Vereador, e que este Plenário optou por defender ao analisar o projeto. É um projeto extremamente positivo para o cidadão de Porto Alegre, moderno para administração pública. Estamos caminhando para a era digital. Outros países praticam atos como este, com fotografias de documentos enviados por aplicativos, e nós ainda exigimos uma cartorialização de todos os atos. Então, aqui, torno a dizer, não é um projeto absoluto: quando houver dúvida sobre o documento, o funcionário, servidor, pode exigir a apresentação do original, firma reconhecida ou cópia autenticada. Todos sabemos que o servidor tem fé pública, ele mesmo poderá autenticar uma cópia à vista do original ou reconhecer uma assinatura estando na presença do requerente. Então, não há nada, nenhuma excrescência no projeto. O veto não aponta razões jurídicas, o veto aponta eventuais dificuldades de alocação de pessoal, que, *data venia* entendo não serem dessa gravidade toda a justificar o veto, então, nesse sentido eu gostaria de encaminhar. Lembrando, mais uma vez, e agradecendo, porque quando foi votado o projeto e aprovado por unanimidade, eu quero agradecer a compreensão dos colegas Vereadores e solicitar que mantenhamos aquela compreensão de então para derrubarmos o veto. Não gosto de pedir essa derrubada de veto. Não entendo profundamente, não termino de entender as razões pelas quais foi vetado o projeto. Então, gostaria de agradecer a compreensão dos colegas porque juntos votamos o projeto e que juntos mantenhamos em vigor a lei que aqui quisemos produzir. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas Vereadoras, Vereadores, como disse o autor do projeto ora vetado parcialmente, o Vereador se baseou efetivamente no Decreto Federal nº 9.047, de 2017, que dispensa o reconhecimento de firmas nos órgãos federais, e transpôs literalmente para a ceara de Porto Alegre. É um absurdo os vetos que foram colocados neste projeto, Ver. Ricardo Gomes, pois, como diz V. Exa. na exposição de motivos, é velhíssimo um brocardo que diz: a boa-fé se presume, a má-fé se prova. Inclusive o gestor, o servidor que tiver dúvidas sobre a autenticidade de um documento, pode solicitar o reconhecimento de firma. Nós não podemos aceitar que a burocracia, que já é tremenda quando alguém com base, inclusive pela questão da simetria, como mostrei dias atrás aqui, na questão do pedido do Prefeito que votasse como urgência... Mostrei que nós temos uma legislação federal, estadual e municipal e temos que seguir a simetria. Se em nível federal, que é muito mais complexa a máquina,

que é muito maior, não se exige reconhecimento de firma, por que vamos exigir isso dos documentos de uma pessoa que, normalmente, mora na Cidade, conhecida inclusive do servidor que está prestando o serviço? Logo, é descabido o veto. Por isso que nós, assim como apoiamos, determinadamente, no dia da votação aqui – e na CCJ nós conseguimos fazer um debate muito mais amplo, porque o Ver. Mendes Ribeiro fez um vastíssimo parecer, colocando ponto a ponto do porquê nós deveríamos aprovar este projeto, consubstanciando... Não vou poder nem ler, nem citar, porque é muito profundo, muito vasto, mas posso lhes afirmar, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, que o parecer do Ver. Mendes Ribeiro dá todas as indicações precisas, sem qualquer resquício de dúvida sobre a legitimidade, a questão legal deste projeto do Ver. Ricardo Gomes. Por isso, nós rejeitamos o veto, nós apoiamos o projeto para o bom funcionamento da Cidade. E como dizem as pessoas do Paço Municipal, tem muita burocracia e agora vem um novo Governo com um novo olhar. Nós estamos vendo exatamente o contrário, é um olhar no retrovisor, um olhar para o passado cartorial brasileiro, cuja tragédia importamos de Portugal, dos países ibéricos, pela fluidez, pela essencialidade dos serviços. Nós, que ficamos falando e dizendo que no serviço público temos que ter legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, esquecemos o que é essencial da eficiência, aqui está um projeto que toda a Casa tem que referendar. Pela derrubada do veto, todos a favor da nova lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, todos os que nos acompanham. Eu subi na minha tarefa de esclarecer e fazer a discussão para a manutenção do veto por questões técnicas. Quero deixar claro que a intenção certamente é a melhor possível, que é, na realidade, trazer boa-fé aos procedimentos burocráticos da Prefeitura. A gente compreende essa clara iniciativa de desburocratizar baseando-se na questão da boa-fé.

Nós temos o encaminhamento tanto da Fazenda, quanto da Fazenda, como da área jurídica da Prefeitura questionando sobre o risco que isso vai causar à segurança jurídica, se esse procedimento encaminhado na Prefeitura sem reconhecimento de firma pode dar espaço para o contrário, para a má-fé, para, na realidade, terceiros virem fazer a solicitação e depois judicializarem dizendo que a solicitação não foi feita formalmente.

O decreto federal que nós todos aprovamos... Em nível federal, quero deixar para os meus colegas aqui, utiliza-se a certificação digital, que aí dá segurança jurídica. Então, não é no campo político. Eu queria deixar muito claro, Ver. Ricardo Gomes, que

não é uma questão política, mas, sim, um encaminhamento técnico, e esse risco que se tem depois à segurança jurídica. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, senhoras e senhores, primeiro para compreender que estamos num regime de urgência imposto pelo Prefeito Marchezan votando projetos que não passaram pelas Comissões, que não receberam parecer prévio técnico. Brigamos muito para que esse regime de urgência não fosse imposto à Casa. Foram 45 dias trancando a pauta, e é importante que todos entendam por que tentamos tirar o quórum: para que não entrasse em votação. Também há uma outra dimensão, Presidente: o funcionalismo está em greve hoje, tem assembleia hoje. Porque é, no mínimo, sério, o Governo desta Casa dizer aos funcionários quando serão votados os projetos que dizem respeito às suas carreiras e às suas vidas. Nós precisamos dizer quando, Comandante Nádia.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver.^a Sofia, nós estamos discutindo o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Exatamente, chego lá. Nós temos fé pública, Presidente. V. Exa. sabe que eu havia dito que falaria no lugar do Ver. Mauro Zacher e eu gostaria que V. Exa. tivesse confiado na palavra desta Vereadora. E foi vetado o projeto de lei do Ver. Ricardo Gomes porque não acredita que o funcionário municipal tenha fé pública e possa receber um documento original e a cópia e ele autenticar, o que é uma prática em muitas repartições. E nós achamos que sim, tem que desburocratizar, garantir, confiar e investir no funcionalismo público. Por isso nós vamos derrubar esse veto. Mas nós só estamos votando este veto porque os vetos trancam a pauta, certo? Os únicos projetos, as únicas iniciativas que votavam até hoje, nesta Câmara, em 200 anos, à frente de qualquer outro projeto, sem deliberação política, eram os vetos. E a novidade se impôs este ano com o Prefeito autoritário, arrogante, que não aceita contribuições sequer da sua base, mas que impôs ao Legislativo - e lamentavelmente este Legislativo aceitou - que a gente não possa votar nada a não ser os seus famigerados projetos durante meses. Porque se depender de nós vai levar meses, porque nós não vamos dar colher de chá para o Prefeito que quer, de um lado, governar para os amigos, para as amigas... Por que será, Ver. Camozzato, que o jornal Zero Hora botou um edital aprovando o IPTU e dizendo que tem que aprovar os projetos todos? E essa dinheirama toda que entrou agora nas publicidades? Será que tem a ver uma coisa com a outra? Cinco milhões de reais em publicidade, esse dinheiro que a Prefeitura não poderia abrir mão, porque é uma vergonha. Eu fui visitar o centro que atende à

população de rua, e as gurias da FASC me disseram que antigamente tinha oficina de trabalho para a população de rua. Hoje não tem nada, no máximo podem atender 20 moradores de rua para lavarem suas roupas, tomarem banho e comerem alguma coisa. Vinte de manhã e vinte de tarde. Tem mais de 5 mil moradores de rua nesta Cidade. O Presidente Valter ofereceu antecipar recursos da Câmara, que vão sobrar do Legislativo, e o Prefeito não quis. Não quis! Porque ou bem ele gasta onde bem ele quer, com os seus amigos, ou ele não aceita sugestão, nem da Câmara, nem com recursos que a Câmara mandaria, R\$ 20 milhões. O Presidente propôs para nós, na Mesa Diretora e para os Líderes, e nós concordamos que era para atuar na situação de rua. O Prefeito não quis, gente! Está desmontando a FASC. Então, ele não quer transparência, não quer o seu projeto, Ver. Ricardo Gomes, que é da base do Governo, porque ele tem uma visão burocratizada, uma visão autoritária que está destruindo o *élan* do funcionalismo público. O autoritarismo imposto nas escolas, está destruindo o ânimo das professoras e professores que fazem um grande esforço lá na periferia. Está destruindo.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): O Ver. Janta visitou escolas, eu visito, temos que colocar uma injeção de ânimo nos colegas porque tudo o que ouve de notícia desse Prefeito é de desmonte, é de ataque. Pela derrubada do Veto, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Ver.^a Sofia Cavedon, eu não duvidei da sua palavra, como o Grande Expediente é um período nobre, de 15 minutos, e o período era do Ver. Mauro Zacher, a única coisa que eu pedi foi que a assessoria do Ver. Mauro Zacher informasse à presidência.

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

SR. ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta é a discussão do projeto, sobre o Veto Parcial, não o encaminhamento, estou aqui discutindo pelo mandato, primeiro, porque votei favorável ao projeto de autoria do Ver. Ricardo Gomes, acho que muitos dos problemas da Cidade, inclusive os de ordem de ingresso de recursos no caixa da Prefeitura, estariam resolvidos com maior incentivo ao empreendedorismo. Por que digo isso? Se nós aquecermos a economia local da cidade, certamente o retorno em receita para o Município será muito superior ao que nós temos hoje, ainda que a Prefeitura tenha registrado no final do ano de 2017 um aumento, e considerado recorde, em relação aos anos anteriores, de arrecadação a partir do ISS, que chega a quase R\$ 180 milhões. Nós temos uma Secretaria Municipal

de Parecerias Estratégicas, mas o que se vê são muitos anúncios, mas, na prática, ainda, nenhuma parceria estabelecida. Espero que, a partir de um dos projetos que tramita nesse pacote, deslanche, finalmente, a questão das parcerias na cidade, que são importantes. Mas quero aqui colocar que as mesmas razões técnicas que a Procuradoria desta Casa apontou, que o relatório produzido pelo Ver. Mendes Ribeiro na Comissão de Constituição e Justiça apontou e também o Ver. Ricardo Gomes, quando da defesa do projeto e quando da defesa aqui desta tribuna da derrubada desse Veto Parcial são muito mais densas e superiores do que aquelas apontadas pelo veto. E acho que se nós queremos impulsionar uma cidade com instrumentos urbanísticos modernos, uma cidade que tenha efetivamente o reconhecimento da fé pública dos seus servidores, especificamente os servidores que atuam nos serviços públicos que licenciam atividades privadas nesta Cidade, esse é um projeto que valoriza o trabalho do serviço público. Ele valoriza, porque ele dispensa da apresentação do reconhecimento de firma e outras burocracias, o empreendedor, Ver. Alex. Esse é um projeto que valoriza o servidor público da cidade. E ironicamente vetado parcialmente na sua essência. E quero por último aqui dizer que sou favorável à derrubada do veto, em primeiro lugar. Em segundo, quero reconhecer o esforço do colégio de líderes aqui na última quarta-feira pela manhã. Decidiu, ainda que estejamos apreciando o pacote do Executivo na sua inteireza em regime de urgência, mas decidiu o colégio de líderes que seria iniciada a votação pelos projetos que mexem nos temas fiscais e tributários, justamente por quê? Para que esta Casa possa, quem sabe, avançar e aprofundar a discussão com o Governo sobre os projetos que mexem no plano de carreira e também alteram as regras previdenciárias dos municipais. O que quero dizer com isso? Se começamos, e disse o Presidente Valter, naquele momento, sobre os projetos que mexem com as questões fiscais e tributárias, é porque nós queremos, primeiro, dar mais tempo para aprofundar a discussão, para que os servidores não percam. E, na independência que tenho do meu mandato, quero aqui reafirmar isso: não vou me fazer ausente no plenário, estando presente! Não vou corroborar com obstrução inócua! Não vou ser parceiro e ser taxado no outro dia, pela imprensa ou por qualquer outra entidade, de quem não quer trabalhar às quatro da tarde no plenário da Câmara. O juízo que já formei sobre os projetos é pautado pela independência que tenho praticado aqui no meu mandato. Então, não contem comigo para obstrução. Contem comigo para enfrentar com sinceridade os projetos, até porque, se nós não enfrentarmos, nós vamos ficar com essa pauta trancada até quando? Quando que os projetos de autoria dos Vereadores vão ser votados neste ano? Nunca mais? Só o Executivo vai dizer o que a Câmara tem de fazer? Vamos enfrentar! Não contem comigo para obstrução, contem comigo para enfrentar aquilo que é injustiça, aquilo que preserva direitos e aquilo que é a essência do projeto do Ver. Ricardo, que impulsiona uma cidade empreendedora, que é capaz de gerar emprego e oportunidade. E o Governo não é sensível a isso, especificamente nesse tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. Eu agradeço suas palavras e agradeço ao colégio de líderes pelo apoio que me tem dado. Na verdade, quero dizer que, na semana passada, fiquei muito preocupado, porque as pessoas que estavam aqui são muito bem-vindas, mas, às vezes, são induzidas a acreditar em coisas diferentes. A tarefa da Presidência será sempre fazer respeitar o Regimento e a Lei Orgânica. O Presidente não toma parte de discussão a favor do Governo, nem de discussão a favor da oposição. Presidente preside a Câmara e os trabalhos.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu me regozijo muito quando vejo a Ver.^a Sofia Cavedon aqui na tribuna. Aliás, ela deveria adotar o nome Parlamentar de “Sofista Cavedon”, que caberia bem melhor para ela. Dizem que querem tratar o problema do funcionalismo, mas quando fomos aqui enfrentar o problema, como bem disse o Ver. André Carús, combatendo as injustiças, defendendo o direito adquirido, mas discutindo o tema, pois fomos eleitos para isso... Quer dizer, não vamos nos submeter aqui nesta Casa a nenhum movimento fascista, que tenta calar o Parlamento e impor sua posição hegemônica à força. A Ver.^a “Sofista Cavedon” saiu na hora para retirar o quórum, para obstruir ainda mais e atrasar a Cidade, e atrasar a pauta desta Casa. Mas, Ver. Ricardo Gomes, quero anunciar aqui o meu total apoio à derrubada deste veto. Nós estamos no século XXI, senhores, e esta coisa de reconhecer firma é uma aberração ibérica que vem lá do Marquês de Pombal, que não existe em nenhum lugar do mundo. Sequer, Ver. Cassio Trogildo o veto do Prefeito está com firma reconhecida. O veto do Prefeito não tem firma reconhecida. Nós temos, Ver. Adeli Sell – sempre envolvido com o empreendedorismo –, Ver. Felipe Camozzato, uma oportunidade histórica de livrar Porto Alegre deste atraso vergonhoso, desta coisa jurássica que só dá dinheiro para donos de cartório e atrapalha a vida das pessoas. Senhores, funcionário público tem fé pública; é uma redundância, é um pleonasmo, é uma vergonha que o funcionário público, tendo em suas mãos o documento original e a cópia, peça uma cópia autenticada, e que o cidadão de boa-fé, ali, assinando, precise de uma firma reconhecida. Senhores, eu faço um apelo a nós, que representamos o povo de Porto Alegre: vamos tirar Porto Alegre da era pombalina. Nós estamos no século XXI e isso não faz mais nenhum sentido, só atrapalha a vida das pessoas. Isso é uma desgraça na vida do cidadão! Nós temos que descartar o Brasil! Nós precisamos derrubar este veto, este veto é bom para a Cidade, este veto é bom para o cidadão, é bom para quem quer respirar liberdade! Não faz nenhum sentido, é uma máquina de dinheiro, não basta a carga tributária excessiva que o Estado nos impõe? E ainda tem uma carga de taxas que é feita por um serviço delegado, que é o serviço cartorial – não estou negando a importância –, mas a Península Ibérica, esse mundo ibérico, é o mundo dos cartórios, é o mundo do tombo, e tem símbolo até em Portugal, que é a torre do tombo, que é a torre do atraso, que é a torre da vergonha, que é a torre da falta de liberdade, que se não fosse

um símbolo histórico, é um emblema do tipo do Estado que nós temos hoje. Então, conclamo os meus colegas Vereadores, que nós tombemos essa decisão histórica, esse grande avanço para desburocratizar a vida do cidadão de Porto Alegre! Não faz sentido, não existe em nenhum país desenvolvido do mundo, essa história de firma reconhecida. Isso é uma vergonha, e Porto Alegre tem que sair do atraso; Porto Alegre tem que olhar para frente e entrar, finalmente, no século XXI. Com todo meu apoio, Ver. Ricardo Gomes, nós vamos votar pela derrubada deste Veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Wambert. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Valter Nagelstein, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, funcionários públicos que vêm a esta Casa. Quero aqui dizer que me preocupa uma atitude tão mesquinha e tão simples de resolver, conforme foi aqui o relato dos meus colegas, e o pior, o Ver. Ricardo Gomes, da nossa bancada, da bancada do Vice-prefeito, que até pouco tempo foi Secretário de Governo, cria um projeto simples, objetivo e sequer deram a satisfação para ele do porquê desse Veto. Isto foi o pior: a desconsideração com o Vereador. Mas esse é um conceito da Prefeitura, com todos, com a Cidade, de que eles são a voz da verdade. A Fazenda, se é no Estado, ou se é aqui no Município, atropela. A Fazenda não quer dar hora extra, a Fazenda está mandando no Município, ou vocês acham que funcionário da SMOV vai trabalhar com 35 graus, na rua, sem hora extra, ganhando mil e poucos reais por mês? A Fazenda vai ditar isso, baixando portaria, dizendo que não vai dar? O Prefeito e a Fazenda estão arrochando o Município de Porto Alegre. Consideração esdrúxula, por isso que as Secretarias não funcionam. Com essas ponderações o Tesouro municipal está mandando no Município, ganhando mais de 30 paus! Opinou desfavoravelmente ao artigo 2º do PLL aqui tratado, “considerando que poderá haver incremento de custos para o Município” – tudo é custo para o Município! – “com a proposta legislativa haja vista não haver servidores habilitados e disponíveis para a realização do reconhecimento de assinaturas, o que aumentaria o risco de pagamentos equivocados”. Olha, eu nunca vi, e estou passando por esta Casa pela terceira vez, um Governo tão incompetente, tão incompetente! Secretários, me desculpem, incompetentes, porque, para ser secretário, tem que ter coragem, tem que fazer as coisas e tem que mandar fazer as coisas. Para tapar buraco tem que falar com a Fazenda? Que Secretário é esse? O Secretário da SMAMS também não faz nada: “Não posso, porque o Prefeito...” Pelo amor de Deus, que Secretários são esses? Olha, eu estou passando pela terceira vez aqui, e esse 156, que não funciona, pobre do cidadão, está abarrotado de demandas do cidadão, coisas simples, não há coordenação de órgãos, não há nada. Quando um Vereador faz um projeto de natureza simples, objetivo, para colaborar com a Prefeitura, não dão nem as horas, nem um palpite, para dizer: “Queremos melhorar

um pouquinho o teu projeto, melhorando aqui vai dar”. Nada! Veta, manda para a Câmara vetado e está acabado; aí, chegando aqui, temos que derrubar, e vai ser uma goleada, porque esse tipo de projeto simples a Casa vai concordar com o Ver. Ricardo Gomes, não por ser meu companheiro, porque ele sabe que se eu fosse contrário eu diria a ele com a maior tranquilidade e votaria contra, mas não, é um projeto objetivo. Parabéns, Vereador! A Casa vai mandar um recado, nós vamos votar maciçamente a derrubada do veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cassiá. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Eu recebi, como vários dos meus colegas, com uma certa surpresa e até um pouco de pesar a notícia do veto a esse projeto do Ver. Ricardo Gomes. Na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, da qual outros 11 Vereadores fazem parte, nós temos discutido como leis municipais, processos do Município para regramento dos empreendimentos, para o regramento também da vida e do dia a dia do cidadão, muitas vezes, dificultam e encarecem a nossa vida na Cidade.

Acredito que o Ver. Professor Wambert foi muito feliz ao falar sobre dar dinheiro aos cartórios. Esse dinheiro é o dinheiro que o cidadão deixa de colocar num consumo, seja em comida, seja em escola, seja em saúde, em qualquer de suas prioridades, para colocar num carimbo. A sociedade do carimbo acabou, já faz tempo, pelo menos em países desenvolvidos; mas nós, aqui no Brasil, insistimos em manter essa sociedade cartorial, sociedade do carimbo. É uma pena!

O projeto do Ver. Ricardo Gomes talvez tenha sido um dos melhores projetos que tenhamos apreciado ao longo deste ano, nesse âmbito de desburocratização, e certamente inspira muitos outros Municípios – quiçá, órgãos estaduais e até mesmo a União – a adotarem postura semelhante, no sentido de inverter a lógica de responsabilidade e permitir que a boa-fé seja adotada como premissa e que não se trate de excepcionalidades de fraude para impor um regramento em que todos são punidos, portanto, com um alto custo para autenticar seus documentos.

Eu acabei sendo relator, na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, do veto do Prefeito ao projeto do Ver. Ricardo Gomes, que havia sido aprovado, na ocasião, por unanimidade nesta Casa. Eu e minha equipe nos debruçamos sobre o tema e tivemos longos debates para entender que motivos seriam esses tão importantes para o Governo Municipal vetar o projeto, e nós não encontramos motivo algum que tivesse concretude suficiente para justificar um abraço ao atraso, como é o caso de não derrubarmos esse veto hoje. Um dos argumentos colocados no veto do Prefeito era de que a função da autenticação e da verificação da autenticidade de documentos era feito por estagiários e não por servidores, e por isso não se poderia

deixar que ficasse dessa forma, ficaria muito amplo, ficaria muito sensível à fraude. Ora, se a Prefeitura escolheu deixar estagiários fazendo tarefas, não é culpa do cidadão, da Cidade ou do empreendedor pagar por isso, pagar para um cartório para assumir o custo que a Prefeitura não quer ter de fazer o seu papel. Quando se coloca aqui que o servidor tem fé pública, o estagiário tem um supervisor que é servidor e que pode e deve assumir as responsabilidades por ele. Afinal de contas, somos todos adultos aqui e sabemos as consequências de termos responsabilidade. Não é à toa que se faz concurso para servidores, não é à toa que se nomeiam chefias. Precisamos adotar a premissa da boa-fé e dar a devida responsabilidade para que a gente desonere o cidadão e o empreendedor da cidade de algo tão burocrático quanto um carimbo. Outra questão que gostaria de adentrar é sobre uma outra parte da justificativa, de que o poder judiciário teria melhor material para se trabalhar, uma vez que houvesse autenticação em cartório. Isso também não se verifica. O que se verifica - isso consta no meu relatório, na Comissão de Finanças e Orçamento, o qual recomenda a derrubada do veto - é que o Poder Judiciário não exige autenticação para tratar de qualquer prova referente à fraude. Ele não exige essa autenticação. Portanto, se torna inócuo se pedir, muitas vezes, um carimbo para autenticar algo que a própria Prefeitura tem em seus bancos de dados para verificar se é verdadeiro. Então, é uma completa falta de sensibilidade e razoabilidade, inclusive, vetar um projeto de desburocratização, especialmente, porque, cabe lembrar, quanto mais facilitamos a vida de quem faz negócios, de quem vive na cidade, mais atrativa a cidade se torna para empreendermos e nela vivermos. Hoje, a gente afasta as pessoas de Porto Alegre, sejam negócios, sejam moradores, que vão para a Região Metropolitana por encontrar lá uma carga tributária menor e processos administrativos mais simples. Chamo a atenção para um dado da Associação Gaúcha de Startups – AGS: para cerca de 80% dos empreendedores de negócios de tecnologia a burocracia, muito mais do que a alta carga tributária ou qualquer outro motivo, é o principal impeditivo para se abrir um empreendimento em Porto Alegre - a burocracia. É disso que estamos tratando aqui, de uma potencial desburocratização, para atrair novos negócios e manter o cidadão de Porto Alegre vivendo com menor custo na nossa Cidade. O projeto da desburocratização, por um lado, facilita a vida, e, por outro lado, incrementa e fomenta a economia do Município gaúcho. É dever, portanto, desta Casa Legislativa reforçar a sua decisão e o seu interesse prévio, já que votamos e aprovamos por unanimidade o projeto, e derrubar por unanimidade, quem sabe, este Veto injustificável da Prefeitura de Porto Alegre a este tema tão importante. Pela atenção de todos, muito obrigado; parabênzo mais uma vez o Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas.

Primeiro, não tenho como não notar as falas dos Vereadores Felipe e Ricardo Gomes, que tratam, no final das contas, da importância do servidor público, inclusive dando fé pública naquele documento que está sendo apresentado. Parece-me que esse resgate da fé pública, de alguém que fez o concurso, mostra o quão importante é o servidor público. Estamos aqui, nada mais, nada menos, tratando de trocar o tabelião, que tem toda uma dinâmica de reconhecimento de firma, de autenticações, por um servidor público que está ali - e concordo que o estagiário não pode fazer, como disse o Ver. Felipe -, ou o supervisor desse estagiário, que pode estar ali e dizer que aquele documento é original. Isso não é nenhuma novidade, como foi dito aqui, em alguns países não existe essa figura; o próprio cidadão, como vige o princípio da boa-fé, na cópia de um documento, escreve ali que declara ser verdadeiro, conforme o original. É claro que numa suporta dúvida ou sob alguma alegação ou denúncia, aí, sim, abre-se um processo para ver se o cidadão não praticou ali um ato de falsidade ideológica. Mas, de regra, o cidadão tem o princípio da boa-fé ao seu lado, até não ser invertida essa ideia. Ao contrário de nós, no Brasil, que partimos do pressuposto que o cidadão está de má-fé; portanto, ele tem que provar que é honesto. Esse é um primeiro ponto!

Choca-nos ouvir aqui, e o Ver. Cassiá trouxe bem, o projeto do Ver. Ricardo Gomes, um Vereador da base do Governo, em que mostra que o Prefeito é de difícil diálogo, não consegue sequer dialogar com os Vereadores da sua base, e não é a primeira vez. Quero lembrar que no ano passado, o Ver. Ricardo Gomes foi um dos defensores aqui da derrota do Prefeito na questão do IPTU. Então, vejam que Prefeito de difícil conversa, que não consegue nem conversar com os seus. Então, eu estou aqui subindo à tribuna – já fiz quando da aprovação do projeto, foi por uma votação unânime –, elogiando a ideia colocada aqui pelo Ver. Ricardo Gomes. Acho que essa ideia que colocam, essa desinformação que trazem para a sociedade, que os Vereadores de oposição são sempre contrários ao Governo, ou que há uma luta irracional, o projeto aqui mostra que não é bem assim. O Ver. Cassiá já adiantou, é bem possível, pelas falas que antecederam aqui, que haja uma derrota, Ver. Tarciso, do Prefeito, nesse tema aqui, que alegou questões sem sentido para vetar o projeto, e nós devemos derrubar esse veto, mostrando para o Prefeito que não se trata... Há uma autonomia dos Vereadores em relação a temas específicos. Sabemos que têm preferências pró e a favor do Governo, mas num tema como esse, que, realmente, beneficia a cidadania, não tem por que mantermos um veto, ainda mais sem sentido, do Prefeito. Então, fica aqui, eu acho que a Ver.^a Sofia tentou, no início da sua fala, explicar essa questão da retirada de quórum, nós não podemos continuar tratando deste e de outros projetos, como se os servidores não estivessem aqui, como se não tivesse uma greve em curso. Então, realmente, temos que discutir quais projetos a Cidade tem que tratar, em qual momento. Conseguimos avançar hoje, talvez neste projeto, mas é provável que, em breve, terminaremos a Sessão, porque queremos saber do Prefeito quais são as prioridades e, como sempre, a retirada dos projetos que atacam o funcionalismo. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 342/17, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores. Eu pedi a inscrição para subir à tribuna e destacar alguns pontos que eu considero bastante contraditórios. Para quem acompanhou a campanha eleitoral de 2016, via um jovem candidato percorrendo as ruas da cidade de Porto Alegre, propagandeando bravatas, o que faria, e uma dessas histórias que ele contou para os habitantes desta Cidade, foi a de que tornaria o serviço público mais eficiente, reduzir a burocracia, que ele considerava um entrave ao desenvolvimento desta Cidade, que afugentava investidores, blá-blá-blá, blá-blá-blá... Muito papo! O primeiro ato imposto por esse Prefeito foi uma reestruturação administrativa que quem tivesse um pingão de bom senso perceberia que não daria certo de forma alguma, de jeito nenhum. Reduziu setores importantes da Prefeitura de Porto Alegre, como a Secretaria Municipal de Esportes, que tinha um protagonismo importante na garantia da qualidade de vida para a nossa população; extinguiu o Departamento de Esgotos Pluviais - DEP, causando um problema ainda maior nos alagamentos frequentes, corriqueiros com que a nossa Cidade está acostumada a passar, infelizmente. Ao invés de fazer coisas simples como primeiro conhecer a Cidade, conhecer Porto Alegre, já que nesta Cidade ele era um mero turista - passava mais tempo em Brasília do que aqui - e propôs alterações significativas em algo que ele ignorava completamente. Senhoras e senhores, isso não poderia dar certo. E continuou essa série de ataques, interferindo na educação, uma realidade que nem ele nem o seu Secretário conheciam.

Agora, chegamos a um momento de ter que votar um veto parcial que, na verdade, Ver. Ricardo Gomes - não sei se o Vereador se encontra aqui -, deveria ser um veto total, porque ele desqualifica a essência do projeto, que é justamente a eliminação desse entrave, desse obstáculo burocrático: a questão do reconhecimento de firma. Uma bobagem, uma grande bobagem. Muito bem destacou o Ver. Felipe sobre a falta de compromisso, falta de seriedade com que ele trata o serviço público desta Cidade.

É óbvio que existem algumas tarefas que podem ser desempenhadas por estagiários, mas cabe destacar que o estagiário não é um funcionário da Prefeitura, ele não é um servidor, ele não pode ter responsabilidade como tal; o estagiário é alguém que deve estar sempre sob a orientação de alguém responsável, qualificado e treinado para a atividade. Portanto, é injustificável usar como argumentação que o recolhimento e verificação de documentos são feitos por estagiários, porque se isso está acontecendo, está faltando servidor público onde precisa, para orientar os aprendizes; afinal, eles estão ali para aprender um ofício, para aprimorar o que estão desenvolvendo nos seus cursos, secundário ou superior; portanto, sob supervisão o tempo inteiro. Eu acredito que a falta de responsabilidade não pare aqui, porque, para mim, há, também, má-fé. O projeto é simples, direto, extremamente objetivo. A quem interessa vetar um projeto desta natureza? Este projeto simplesmente dispensa mais um obstáculo para aqueles que querem montar seu negócio, microempreendedores individuais, microempresário,

pequenos empresários, os que criam a maior parte dos postos de trabalho e são os que mais encontram obstáculos, porque, muitas vezes não têm recursos para contratar um contador, um advogado, ou seja, é mais um obstáculo para os pequenos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver.^a Fernanda Melchionna.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Agradeço, Ver.^a Fernanda, por me permitir concluir minha linha de raciocínio. Senhoras e senhores, as pessoas que realmente, de forma efetiva, contribuem, sim, para o crescimento desta Cidade e criação de postos de trabalho são os que mais encontram dificuldades nestes entraves burocráticos! Os grandes empresários, os que recebem benefícios fiscais e perdão de dívidas, continuam sem problemas, porque têm, entre seus quadros, despachantes, contratados para essas atividades, escritórios de advocacia renomados, grupos de contadores, ou seja, conseguem agilizar o que precisarem; agora, o pequeno, aquele indivíduo que tem um baixo volume de recursos circulando, que geralmente trabalha com o cinto estrangulado, esse tem problemas. O que o Ver. Ricardo Gomes tenta fazer é tirar uma dessas pedras do caminho, e o Prefeito veta o art. 2º, justamente o que remove esse pequeno obstáculo, pequeno, modesto, mas significativo para aqueles que precisam; portanto podem contar com o meu apoio, e acredito que com o dos nossos colegas do PSOL. Estávamos conversando anteriormente, nós já tínhamos votado favoravelmente a este projeto porque é um projeto que permite que a nossa Cidade avance. Estamos vivendo em um mundo digital, as pessoas estão, cada vez mais estabelecendo relações virtuais, umas com as outras, a digitalização de documentos, a assinatura digital, isso é o século XXI. E o Prefeito obrigando, mais uma vez, o cidadão de Porto Alegre recorrer à papelada, às traças, aos carimbos e à burocracia. Cadê o Prefeito da inovação? Eu só consigo enxergar o Prefeito do blá-blá-blá, aquele que muito fala, pouco faz, mas se dedica com bastante afinco a prejudicar a vida daqueles que tentam. Um grande abraço a todos, e, Ver. Ricardo Gomes, vamos estar ao seu lado para derrubar esse veto absurdo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal o PLL nº 342/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito ao 3º Secretário, Ver. José Freitas, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Há quórum.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria dos Vereadores Professor Wambert e Adeli Sell, ao PLCE nº 004/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0720/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/18, que altera a al. *k* do § 1º do art. 20, o inc. XXVII do art. 21 e o subitem 13.05 da Lista de Serviços; inclui o art. 21-A, o parágrafo único no art. 25, a alínea *d* ao § 1º do art. 59 e revoga o inc. VI do art. 18-B e as als. *b*, *c* e *d* do § 1º do art. 20; todos da Lei Complementar nº 07, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município; revoga a Lei Complementar nº 283, de 1992; revogando os benefícios fiscais do ISSQN que estão em desacordo com o art. 8º-A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003; retirando a exigência da certificação para a concessão de benefício fiscal; possibilitando a baixa de ofício, no cadastro fiscal do ISS, da inscrição de contribuinte que deixou de entregar a Declaração Mensal e não realizou qualquer recolhimento do imposto no período de 3 anos ininterruptos; possibilitando a notificação por meio eletrônico; incluindo e esclarecendo serviços sujeitos à tributação pelo ISSQN, previstos no subitem 13.05 da Lista de Serviços.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLCE nº 004/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a matéria, como autor.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Senhoras e senhores, Vereadores, Sr. Presidente, colegas, profissionais liberais, servidores que vieram acompanhar a sessão e hoje. A emenda que nós fizemos tem dois aspectos, fundamentalmente dois aspectos, a emenda de nº 01. Primeiro quero saudar o Presidente do Sescon, o Presidente da OAB e os profissionais liberais que estão aqui, passaram a tarde aqui, acompanhando os nossos trabalhos, aguardando justamente a discussão desta emenda. Esta emenda é o que se poderia chamar de um marco legal tributário para as

profissões liberais de Porto Alegre. Momento muito importante, por quê? A emenda tem basicamente dois aspectos fundamentais. O primeiro é esclarecer na lei que está sendo proposta que aos profissionais liberais se aplica o ISS determinado pelo decreto federal, Decreto-Lei nº 406; portanto, não está no nosso âmbito de decisão, mas, sim, no Decreto-Lei nº 406, que é um decreto-lei federal que diz que o ISS dos profissionais liberais é computado por profissional, não como percentual do faturamento. Podemos discutir a justiça ou não dessa regra, o que não podemos é discutir que ela é uma regra dada em um decreto-lei que foi recebido pela Constituição como uma lei complementar. Esse é um aspecto. Isso já tinha sido objeto de discussão no ano passado no projeto do ISS. Profissionais já tinham estado presentes aqui, já tinha sido encaminhada uma emenda nesse sentido. Eu quero aqui agradecer expressamente à minha então Líder, Ver.^a Mônica Leal, que propôs no ano passado esta emenda para discussão. Obrigado, Ver.^a Mônica. Esse é o mesmo tema da emenda que V. Exa. tinha comigo encaminhado no ano passado, garantir que o ISS de profissionais liberais não seja 2% do faturamento, mas, sim, como diz o decreto-lei federal, um valor fixo por profissional. Essa é uma parte de emenda. A segunda parte é para corrigir algo que vem acontecendo, que prejudica Porto Alegre, em relação a outras cidades, que prejudica jovens profissionais que estão se estabelecendo no mercado. Hoje, a Fazenda do Município vai a um escritório de advocacia ou de contabilidade, por exemplo, e lá encontra um gerente de recursos humanos, por exemplo. E a Fazenda diz que, por ter um gerente de RH, esse escritório perde a natureza de sociedade simples e vira uma empresa; portanto, vai cobrar 2% do faturamento. Isso tem prejudicado uma série de escritórios de advocacia, que não são empresas, mas que assim têm sido tratados. No caso dos escritórios de contabilidade e no caso dos médicos é a mesma coisa. Por isso, o Ver. Dr. Thiago, a quem agradeço, é coautor da emenda. Então, qual é o problema? A Fazenda chega num escritório de advocacia e diz assim: o senhor contratou um outro advogado para fazer uma audiência em Uruguaiana, então o senhor é uma empresa e não é um escritório de advocacia; portanto, eu vou lhe cobrar 2% do faturamento e não o ISS de advogado. Isso tem causado uma série de ações judiciais que o Município tem, repetidas vezes, perdido, paga a sucumbência, e esse dinheiro nunca entra no caixa da Prefeitura, porque o judiciário derruba. Então, nós estamos aqui adequando a lei municipal às decisões do Supremo Tribunal Federal. E mais, outros Municípios já fizeram essa mesma alteração. São Paulo é um exemplo. O que acontece? O grande escritório, hoje, se protege, ele fatura por São Paulo, ele tem uma sede em São Paulo e fatura por São Paulo. O pequeno e o médio, que não têm sede em outro Município, não têm escapatória, faturam por aqui e são surpreendidos por uma ação fiscal indevida, tão indevida que, depois, o Supremo Tribunal Federal anula o auto de lançamento. Então, o que acontece? Nós estamos corrigindo isso. A Fazenda não perde recursos com essa emenda, que apenas dá segurança jurídica para o exercício das profissões liberais em Porto Alegre, para a medicina, advocacia, contabilidade, arquitetura e para outras tantas profissões. Quando profissionais estabelecem uma sociedade, para atuar em conjunto e, depois, são desqualificados pela Fazenda. Esses são os dois aspectos desta emenda. É uma emenda que, primeiro, reconhece a lei federal e, em segundo lugar, coloca os pequenos e jovens

em condições de competir no mercado sem serem surpreendidos para terem que fazer depósito em juízo para discutir uma ação que sabem que vão ganhar, mas mesmo assim têm que fazer depósito em juízo, perdendo competitividade, abrindo mão do recurso. Este é o pedido que faço aos senhores, portanto, e nesta direção encaminhamos pela aprovação da emenda. De novo, não há perdas na Fazenda, há ganhos para a Cidade, de segurança jurídica, de atratividade de sociedades profissionais, de garantia para advogados, médicos e contadores de que eles podem exercer em Porto Alegre a sua profissão, assim como poderiam em outras Cidades. Para salvar o setor de serviços de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Quero convidar os nossos visitantes, Presidentes e Diretores tanto do Sescon como da minha – permitam-me dizer assim – OAB a fazer parte da Mesa.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, quero trazer um abraço aos que estão aqui presentes, às direções do Sescon e OAB; por dever de função e profissão, tenho acompanhado este tema vem de longe; aqui na Câmara tenho insistentemente dito quando se trata deste tema, que, na verdade, é necessário e é preciso que Porto Alegre mantenha sempre atenta a visão de que é preciso sempre uma comparação quando se trata de tamanho da tributação, de tamanho da alíquota, primeiramente do que vem acontecendo e o que acontece na nossa grande Porto Alegre. Com essa guerra fiscal que convivemos, toda a vez que temos uma alíquota maior do que as alíquotas da grande Porto Alegre, com toda a certeza, estamos ali correndo o risco de perder empreendimentos que vão para as cidades vizinhas. E assim também na questão das capitais brasileiras; portanto, é preciso sempre dar uma acompanhada de perto. E aqui, o próprio Ricardo falou que já se encaminhou lá em São Paulo. É com esta posição, é com esta Emenda nº 01, que acertamos ou buscamos acertar uma disputa que vem de longe, há anos, muitos anos, tem-se ingressado na Justiça, e a Prefeitura tem perdido sempre essa questão de se pretender tirar a ideia do pagamento do tributo, do imposto a partir do número de profissionais que atuam nas empresas. Portanto estamos juntos com o Ver. Ricardo, com o aqui ele manifestou, porque, na verdade, buscamos resolver uma questão que vem de disputa de tempo e que é bom para Porto Alegre, ou seja, manter, mudar aquilo que pode ser mudado; agora, preservar aquilo que a própria lei federal estabelece. E nós, com toda certeza, não temos a menor possibilidade de pretender uma mudança significativa nesta posição. Portanto, a emenda é oportuna; vamos votar favoravelmente. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, quero saudar as entidades que estão aqui presentes, os Vereadores proponentes desta Emenda. Acho que o mais importante a falar sobre essa emenda, que ainda não foi contemplado pela excelente defesa do seu autor, Ver. Ricardo Gomes, diz respeito à projeção de economia que a Prefeitura pode ter ao não ter um passivo judicial a tratar por conta do desentendimento que hoje existe sobre o tema, que judicializa, muitas vezes, os processos; portanto, esse projeto não se trata de um projeto que modifica algo que está. Eu noto que existe alguma dúvida sobre, eventualmente, ser algum benefício, mas quero deixar muito claro que não se trata de benefício algum o que nós estamos debatendo aqui; trata-se de prover segurança para o que já está posto, para quem já empreende, para quem já atua como profissional liberal, para que se evite uma judicialização que ocorrerá – não podemos negar – e acarretará um grande ônus para os contribuintes de Porto Alegre.

Estão presentes, hoje, aqui, entidades de contabilidade, de advogados; também tivemos manifestações de setores da medicina, mas cabe lembrar também que esse projeto não se restringe a esses públicos somente; nós temos aqui fisioterapeutas que também seriam afetados no seu trabalho, jornalistas, *designers*, arquitetos, e uma miríade, uma grande miríade, na verdade, de profissionais liberais que poderão ser prejudicados, que terão o seu regime alterado, e que, portanto, estarão em face de uma grande insegurança jurídica sobre o tema a qual nós não podemos deixar que avance. Por isso que essa emenda é tão importante. A questão de fixar um valor por profissional e não por faturamento ainda se torna mais favorável a uma alteração legislativa como essa, a um ajuste legislativo como esse, porque nós não podemos - Reagan já dizia que governo limitado é o segredo para instituições sólidas e para uma nação que se desenvolve - aqui deixar rédeas soltas para que, eventualmente, em decisões do Governo, a gente acabe tributando de maneira errônea e sobre o faturamento. Portanto, tributando acima do que é devido à Prefeitura, arrancando mais recursos do pagador de impostos para lotar nossos caixas do Estado em vez de deixar as famílias escolherem como querem gastar o seu dinheiro. Então, o valor fixo por profissional não é só adequado como é justo e razoável; ele limita a sanha arrecadatória do Governo.

A competitividade de Porto Alegre também é um outro ponto que eu sou obrigado a trazer. Eu tenho uma experiência pessoal com relação a isso enquanto empreendia, até um ano e meio atrás, antes de assumir o cargo de Vereador: estive à frente como um dos sócios de uma empresa prestadora de serviços, não era de profissionais liberais, mas, todavia, iniciamos o empreendimento em Porto Alegre e rapidamente notamos que Canoas oferecia, não só um cenário burocrático muito mais favorável, como também alíquotas menores de ISS, fazendo migrar o nosso investimento e os nossos serviços para essa cidade da Região Metropolitana. O que certamente ocorrerá, e nós não podemos negar, no caso de rejeitarmos uma emenda

como a Emenda nº 01, nós estaremos prejudicando a competitividade de Porto Alegre, especialmente frente à Região Metropolitana, estaremos tirando riqueza do Município de Porto Alegre, criando entraves, enquanto que o que mais queremos e o que a sociedade mais pede é que se tirem barreiras, que se tirem onerações indevidas para que a gente possa trabalhar com mais liberdade e trazer mais riqueza e empregos para nossa Cidade. Portanto, não há como ser a favor de se manter essa redação ampla. É fundamental que a gente aprove essa emenda do Ver. Ricardo Gomes e do Ver. Dr. Thiago, pela qual eu cumprimento. No ano passado, tivemos uma discussão semelhante aqui no plenário e aprovamos, que tenhamos, nesta ocasião, a mesma decisão. Naquela ocasião, o plenário da Câmara decidiu por dar mais segurança jurídica, por evitar uma judicialização futura e por facilitar a vida de quem empreende em Porto Alegre enquanto profissional liberal. Por isso, encaminho o voto favoravelmente à Emenda nº 01, bem como convido os demais Parlamentares a me acompanharem nesse voto. Desde já, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. Registro e agradeço a presença da Sra. Soeli Rinaldi, Vice-Presidente do Sindicato dos Contadores do Estado do Rio Grande do Sul.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara e da nossa Rádio Web, profissionais liberais que aqui se encontram, representantes das entidades, eu não sei até quando nós vamos viver neste País pagando impostos. Também não sei até quando nossos gestores públicos vão achar que se administra um País, um Estado e um Município cobrando das pessoas que aqui resolvem se estabelecer e investir, achando que essas pessoas sempre têm que contribuir pagando mais e mais impostos ao abrir, por exemplo, um pequeno consultório médico ou odontológico ou um pequeno escritório de advocacia logo que saem dos bancos universitários, gerando dois, três empregos; muitas vezes, um jovem inicia como estagiário, como contínuo, aprendendo uma profissão, o que serve para início da sua carreira.

Na semana passada, eu perguntava a esses líderes que aqui se encontram, ao Presidente da OAB, às demais lideranças, se o Governo do Estado e a União cobravam isso deles; eles disseram que não, que nem a União nem o Estado cobram esse imposto. Então, se nem a União nem o Estado cobram, por que o Município iria cobrar? Quem é o Município para querer cobrar um imposto que nem a União nem o Estado cobram? Acho que a emenda do Ver. Ricardo Gomes, Ver. Dr. Thiago, refaz uma justiça nesse projeto. Todos nós sabemos como funciona a vida dentro de um consultório médico, dentro de um consultório odontológico, principalmente a vida de um advogado que, muitas vezes, um cliente... Todos sabemos como funciona no nosso Estado, muitas

vezes é por indicação, muitas vezes é indicação de familiar, de amigo. Um advogado pega uma ação, no interior do Rio Grande do Sul, de um primo, de um amigo que indicou, lá em Itaqui, lá em São Borja, lá em Vacaria, lá em Santa Vitória do Palmar - o custo e o tempo de chegar lá naquela Vara, fazer essa ação, muitas vezes é uma amizade, uma camaradagem, alguém da família que pediu, uma vizinha lá nessa distância, e o advogado somente pede que alguém o represente, que um colega lá naquela cidade o represente; aí, por emitir essa nota, por fazer as coisas dentro da legalidade, da lei, que a profissão exige, aí, estaríamos sobretaxando esse advogado novamente. Encaminhamos, em nome do nosso partido, para aprovar a emenda do Ver. Ricardo Gomes que faz justiça aos profissionais dessas diversas áreas, na área do direito, na área da odontologia, da medicina e demais áreas que atuam na nossa cidade de Porto Alegre, que nós não queremos ver atravessar a ponte e atuar em Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Canoas, Guaíba, porque lá com certeza não terão que ser sobretaxados para exercer a sua profissão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Meus caros Vereadores, os senhores vejam que nós estamos já discutindo os projetos que vieram em regime de urgência. Para além de qualquer outra coisa que nos separou nos dias passados, quero dizer que o tempo, como senhor da razão, mostra-nos que muitos de nós gastaram uma energia e um tensionamento aqui dentro que eram absolutamente desnecessários, porque, bem ou mal, chegaríamos no momento em que estamos hoje, inclusive, com desgaste. Esperei para dizer isso agora em que as galerias estão vazias, para não parecer que estamos fazendo alguma reprimenda. Mas por que estamos votando agora? Porque temos que votar, para além de qualquer discussão, a urgência está aí, ela de qualquer forma trancaria, como trancou, e estamos enfrentando, porque temos que enfrentar os projetos que estavam aí.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente e colegas Vereadores, quero encaminhar o meu voto favorável à emenda do Ver. Ricardo Gomes; farei isso mais adiante quando encaminhar a votação da emenda que eu mesmo sugeri, porque entendo que Porto Alegre, por princípio, é uma Capital de serviços. Nós temos um tipo de atrativo para empreendedores, temos um turismo de negócios - Ver. Nedel, que é da Frente Parlamentar do Turismo -, e não podemos, em primeiro lugar, atrapalhar, impedir, obstaculizar o empreendedorismo em nossa Cidade. Segundo, precisamos trazer segurança jurídica para aqueles que empreendem. Eu, como advogado, conhecendo um pouco mais da minha profissão do que a dos demais profissionais liberais, gostaria de falar que o profissional da advocacia não exerce a atividade mercantil; a natureza da sua atividade é tão peculiar que até a propaganda e a publicidade dele têm um conjunto de impedimentos, têm um conjunto de proibições,

justamente porque ele não tem uma atividade mercantil. Mas não sou eu que estou dizendo isso, quem diz isso é uma lei federal, é o Estatuto da Advocacia, o Código de Ética e Disciplina. É uma atividade, colegas Vereadores, absolutamente amarrada, engessada no que nós queremos chamar de mercantilismo ou de luta pelo mercado. O advogado tem que fazer uma placa colocando o nome dele, o número na OAB, dizendo em que causas e matérias ele atua, nada mais do que isso. Ele não pode prometer sucesso, ele não pode prometer resultado, ele não pode dizer que é melhor do que os outros, ele não pode fazer nenhum tipo de apelação que é comum no mercado. Então, a advocacia não é uma atividade mercantil. Agora, nós vivemos numa tecnocracia, em que a intenção inicial era que um funcionário da Fazenda dissesse, a despeito de uma lei federal, se aquela atividade seria mercantil, ou não. Nós estamos diante de uma excrescência jurídica, isso já está definido por lei. Então, Ver. Ricardo Gomes, está aqui o mérito da sua emenda: trazer segurança jurídica para que os profissionais liberais consigam trabalhar com tranquilidade em Porto Alegre, para que não tenham que abrir seus escritórios em Canoas, em Gravataí, em Cachoeirinha, em Guaíba e em Esteio. E se isso acontecesse, Ver.^a Mônica Leal, nós iríamos perder tributos, nós iríamos perder investimentos, Porto Alegre iria empobrecer ainda mais. Então, nós precisamos de inteligência tributária, mas, sobretudo, respeito à Constituição, ao princípio da legalidade, ao império da lei e ao Estado Democrático de Direito. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Professo Wambert. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros colegas Vereadores e Vereadoras, nosso problema com o regime de urgência colocado agora - este é o segundo projeto que nós enfrentamos no dito regime de urgência - é a banalização desse regime de urgência, é fazer com que a Câmara entre na agenda do Executivo e não tenha a sua agenda independente e soberana. Esse é o nosso primeiro problema conceitual com relação aos 16 projetos em regime de urgência. Se nós não estivéssemos votando este projeto agora, poderíamos ter tido oportunidade de enfrentar essa mesma matéria que nós estamos conversando agora, no projeto do Ver. Ricardo Gomes, dando protagonismo genuíno à Câmara Municipal no enfrentamento aos problemas da Cidade. Mas não, nós estamos aqui pautados pelo Executivo, e, provavelmente, vamos ficar assim até o final do ano. Essa é a questão cerne da colocação que fizemos, com recursos que foram assinados por 18 Vereadores e Vereadoras. Além disso, colocar projetos, Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município – PELO em regime de urgência, já está conflagrado pela Constituição que há uma inconstitucionalidade! Mas isso nós vamos deixar para mais adiante, quando esses projetos chegarem - e vão chegar. Quando eles chegarem em regime de urgência, nós vamos ter a resposta da...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Exatamente, muito na tônica, lembrando sempre a Ação Direta de Inconstitucionalidade que sofreu a Câmara Municipal de Campo Bom e o Executivo de Campo Bom ao sancionar projetos em regime de urgência que modificavam a Lei Orgânica do Município. Então essa matéria já está conflagrada pelo Judiciário, já está decidida pelo Judiciário, já há uma ADIn nisso em que foi dado ganho de causa à não possibilidade de o regime de urgência ocorrer em projetos que mexem em Constituições municipais.

Com relação à emenda que nós estamos discutindo, porque não tivemos a oportunidade de discutir o nosso projeto, projeto trazido pelas entidades, um projeto que salvaguarda e, de forma justa, resguarda a ação profissional individual - isso é matéria importante que precisa ser corrigida. Não pode haver a bitributação em dois Municípios; não pode, exatamente por questões econômicas; muitas vezes por isso, o advogado, ao se substabelecer num Município diferente de Porto Alegre, ter que pagar duas vezes ISSQN, sendo que o serviço que ele vai prestar não será nem em Porto Alegre! Ser tratado como empresa não sendo empresa! Isso não pode! É uma distorção completa, e nós precisamos fazer isso, um marco regulatório importante para os profissionais liberais; tenho certeza de que, aprovada essa emenda, nós vamos estar dando um grande passo nesse sentido, mas faço uma advertência: temos que ficar bastante atentos porque, provavelmente, como no projeto anterior, tomara que me engane, mas, infelizmente, tenho acertado muito esta matéria, o Executivo Municipal deve vetar a emenda. Aí, peço a clareza e a clarividência para os colegas Vereadores para que a gente possa, aqui, mais uma vez, derrubar o veto à emenda do ISS porque ela é muito importante para aqueles que estão iniciando suas atividades profissionais: contadores, médicos e advogados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago; aproveito para reafirmar meu entendimento: dentro do princípio de autonomia e independência dos poderes, o Executivo pode requerer regime de urgência nos seus projetos, e foi o que ele fez, ele não está pautando o Legislativo, ele quer que seus projetos sejam examinados em regime de urgência. Agora, a todo e qualquer um, é facultado recorrer ao Judiciário.

A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereador-Presidente, eu lhe solicitei o projeto completo para verificar quais pareceres temos de Comissões: sequer a CCJ deu parecer sobre este projeto; projeto que foi, inclusive, rejeitado no ano passado por esta Câmara. Quero trazer quais são os prejuízos do regime de urgência desta natureza; claro que Vossa Excelência tem seu papel de Presidente da Câmara. Houve

um entendimento da Procuradoria, foi a voto e teve maioria. Acho que Vossa Excelência está rigorosamente dentro do seu papel. A crítica não é a Vossa Excelência, mas, sim, ao Governo Municipal porque mandou vários projetos, complexos. Este, para nós, é um projeto importante; Ver. Oliboni, estou encaminhando, em nome da nossa Bancada, entendemos que estabelecer um mínimo de alíquota de impostos para todos os Estados e Municípios é importante para o Brasil, enquanto Nação, para um pacto federativo, para que não fiquem os Estados e Municípios guerreando entre si, tendo que abrir mão de receita para poder ter empreendimentos no seu território. Nós sempre discutimos isso de maneira forte; uma barbaridade o que foi feito aqui com a empresa Ford; no caso da Grendene, quando terminaram os incentivos, ela foi embora para o nordeste, foi sugar em outro Estado, em outra cidade, pois sugaram impostos públicos. Isso aconteceu com muitas empresas porque não há uma regra mínima que coloque um padrão e que não obrigue os Municípios e Estados a renunciarem, a bel-prazer, receita de gestão da época ou para tentar fazer desenvolvimento. O que acontece? Então, nós achamos que esse projeto tem um objetivo correto, o problema dele... Quero tratar disso, senhores e senhoras, prestem atenção no parecer da Procuradoria da Casa, então, CCJ não tem opinião; o parecer da Procuradoria da Casa, Ver. Carús, é um parecer que se remete a 13 projetos; é o mesmo parecer, Ver. Dr. Thiago, da Procuradoria da Casa para todos os projetos, um parecer com duas folhas. A Procuradoria não pôde analisar? Há erros crassos, eu falei com o Dr. Fábio que não é uma crítica pessoal, mas ele vai dizer que o PLCE nº 010 altera os dispositivos tais e chama a atenção que viola autonomia e independência da Câmara porque atinge a Câmara. Aí a gente vai procurar o PLCE nº 010, é dos fundos municipais. Então, o parecer, inclusive, erra sobre qual projeto está opinando e alerta sobre alguns pontos que certamente alertaria, corrigiria e orientaria os Vereadores e esta Câmara a não cometer erros se pudesse, com calma e tranquilidade, ter realizado parecer de projeto por projeto. Um único parecer da Procuradoria para todos os projetos com erro de identificação dos projetos. Inclusive na base legal de qualquer arguição posterior isso é prejuízo para os Vereadores. Esse projeto de lei que poderia estar prejudicando os profissionais liberais, que passaram a tarde elaborando emenda em cima da hora, porque está se precipitando, e de 27 de abril, senhores e senhoras. Ele entrou nesta Casa em 27 de abril de 2018. Em 28 de maio não fará dois meses e ele já tramitou de maneira veloz, superficial, sem a nossa análise, sem possibilidade de análise profunda, porque nesses dois meses nós fizemos muitas coisas, avaliamos muitos projetos, fizemos muitos debates, atendemos muito a Cidade, audiências públicas, etc. Essa é a discussão que este Legislativo precisa fazer, porque este é o primeiro, Ver. Mauro Zacher, até tem uma intencionalidade, mas ele vem aqui aumentando imposto. Nós não temos a menor ideia de quantos profissionais liberais nós iríamos atingir na cidade de Porto Alegre com este projeto, não tem esse estudo, não tem essa identificação, quanto de receita aumentava, diminuía, não veio orientado no projeto. Nós queremos dizer, portanto, claramente, que a nossa bancada continua determinada a evitar essa votação aligeirada, nós vamos votar no espírito do projeto, votaremos na compreensão que temos desta emenda, de que ela não tem um dimensionamento do impacto sobre o trabalho dos diferentes escritórios, a avaliação dos

nossos assessores é que, de fato, atinge uma lei federal, não houve uma construção com essas categorias. Então, é um problema, tem um prejuízo aí, sério, para o Município; o espírito dela, em tese, é bom, mas tem um prejuízo sério que poderemos não observar. Eu chamo a atenção - conversei com o Bosco sobre isso - que aqui tem uma extinção de uma lei, revogação da Lei Complementar nº 283 de 23 de outubro, é uma lei de incentivo à cultura. Eu realmente não tive tempo e não tenho o parecer de uma comissão afeta para dizer se essa lei estava em vigor, era boa, não era, ela simplesmente está sendo extinta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito ao 3º Secretário, Ver. José Freitas, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 18h19min:
Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0719/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/18, que altera o *caput* e inclui o § 3º no art. 101 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0724/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/18, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de

Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre. (Referente a Pensão, Auxílio-Reclusão e Auxílio-Doença.)

PROC. Nº 0813/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/18, que dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos, e novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos, criação do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, autoriza o Poder Executivo a reverter os saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal, e dá outras providências. Com Emendas nºs 01, 02 e 03.

PROC. Nº 0718/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/18, que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas consolidadas referentes às despesas de exercícios anteriores. Com Mensagem Retificativa nº 01.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço muito a todos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, às assessorias da Câmara, às nossas taquigrafas, à segurança, à Diretoria Legislativa, à imprensa, a todos. Mais uma vez muito obrigado. Um bom final de segunda-feira, e até quarta-feira às 14 horas.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h20min.)

* * * * *